



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

SIMONE DE JESUS DOS SANTOS

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE
TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MURITIBA-BA.**

CACHOEIRA-BA
2019

SIMONE DE JESUS DOS SANTOS

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS
CONDIÇÕES DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MURITIBA-BA.**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Alice Rodrigues Silva.

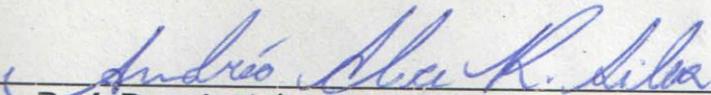
CACHOEIRA-BA
2019

SIMONE DE JESUS DOS SANTOS

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE
TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MURITIBA-BA.**

Cachoeira/BA, aprovado em 26 de julho de 2019.

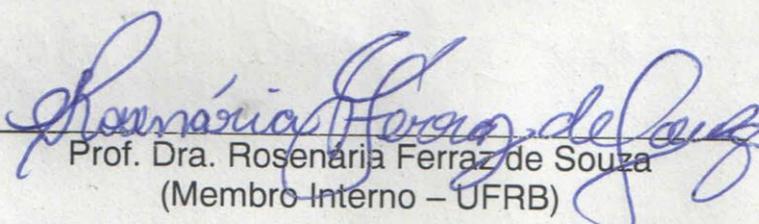
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Andréa Alice Rodrigues Silva
(Orientadora – UFRB)



Prof. Dra. Ilzamar Silva Pereira
(Membro Interno – UFRB)



Prof. Dra. Rosenária Ferraz de Souza
(Membro Interno – UFRB)

AGRADECIMENTOS

A Deus sem Ele sem dúvidas eu não conseguiria chegar até aqui. Ao redentor da minha vida, rendo graças e louvor de gratidão por essa grande conquista. Dono do meu tempo, dos meus sonhos e dos meus planos me conduziu por este caminho o qual trilhei com fé, amor e dedicação.

A minha Mãe Ambrozina pelo amor, dedicação, compreensão, por estar sempre comigo me apoiando. Serei eternamente grata. Que Deus te abençoe sempre, te amo!

A minha irmã/amiga, Antonia, que está sempre disposta a me ajudar em qualquer situação. Obrigada por todo apoio, incentivo e colaboração. Te amo irmã!

A toda minha família pelo amor, apoio e incentivo. Enfim, gratidão eterna! Não tenho como agradecer tamanho amor, por isso dedico esse trabalho a vocês como expressão do meu reconhecimento, carinho e gratidão. Amo vocês!

A professora orientadora Andréa Alice só tenho a agradecer pelas contribuições, pelo apoio, paciência e compromisso. Muito obrigada!

A todos os amigos e colegas de turma, tenho a certeza que grandes amizades foram construídas. Desejo sucesso a todos!

A todos os professores da UFRB, que contribuíram ao longo desses anos na minha formação acadêmica em especial Márcia Clemente, Rosenária Ferraz, Lys Vinhaes, Vália Noronha, Fabrício Fontes aprendi muito com vocês, vejo-os como exemplo a ser seguido e tenho profunda admiração por cada um de vocês! Meus agradecimentos.

E um agradecimento especial aos Assistentes Sociais da Assistência Social de Muritiba, que foram essenciais para a construção desse trabalho.

O trabalhador é tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais cresce sua produção em potência e em volume. O trabalhador converte-se numa mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadorias produz. A desvalorização do mundo humano cresce na razão direta da valorização do mundo das coisas. O trabalho não apenas produz mercadorias, produz também a si mesmo e ao operário como mercadoria, e justamente na proporção em que produz mercadorias em geral.

Karl Marx

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem por objetivo abordar acerca da precarização do trabalho e como esta se manifesta no cotidiano profissional do assistente social no âmbito da Política de Assistência Social. O interesse por esse tema surgiu durante a realização do estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Foi o que proporcionou a aproximação com os profissionais de Serviço Social e o contato com a realidade de trabalho do espaço ocupacional. Durante o período do estágio em campo, foi possível refletir sobre os dilemas vividos por esses profissionais que ao serem inseridos no mercado de trabalho como trabalhador assalariado tem a autonomia condicionada a instituição, pois esta estabelece as condições para que o exercício profissional seja executado conforme seus interesses. Assim, consideramos que estes profissionais são introduzidos em espaços marcados por formas precárias de trabalho. Para a construção desse trabalho foi considerado as transformações societárias a partir, da década de 1970, ocorridas do processo de reestruturação da produção e a implantação do neoliberalismo, esses elementos trouxeram fortes impactos no universo do trabalho ocasionando implicações a classe trabalhadora. A pesquisa de campo foi realizada no Município de Muritiba, através da análise permitiu perceber que estes profissionais encontram limites para efetivação do seu trabalho, devido o seu espaço de trabalho ser envolto de precarização. Desse modo, esperamos que este trabalho contribua na reflexão sobre a realidade vivenciada nos espaços de trabalho desses assistentes sociais, tendo em vista a construção de estratégias para a melhoria das condições de trabalho desses profissionais.

Palavras-chave: Serviço Social. Política de Assistência Social. Precarização do trabalho.

ABSTRACT

The purpose of this Course Completion Work (TCC) is to address the precariousness of work and how it manifests itself in the everyday social work of the social worker within the scope of the Social Assistance Policy. Interest in this issue arose during the mandatory supervised internship in Social Work at the Social Assistance Reference Center (CRAS). This was what brought the approach to the Social Work professionals and the contact with the work reality of the occupational space. During the internship period, it was possible to reflect on the dilemmas experienced by these professionals who, when being inserted in the labor market as a salaried worker, have the autonomy conditioned to the institution, since it establishes the conditions for the professional exercise to be performed according to their interests. Thus, we consider that these professionals are introduced in spaces marked by precarious forms of work. For the construction of this work was considered the societal transformations from the 1970s, occurred in the process of restructuring production and the implantation of neoliberalism, these elements brought strong impacts in the universe of work causing implications to the working class. The field research was carried out in the Municipality of Muritiba, through the analysis allowed to realize that these professionals find limits to the effectiveness of their work, due to their work space being surrounded by precariousness. Thus, we hope that this work contributes to the reflection on the reality experienced in the work spaces of these social workers, in view of the construction of strategies to improve the working conditions of these professionals.

Keywords: Social Work. Social Assistance Policy. precarious work.

LISTAS DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BM - Banco Mundial

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistência Social

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

CRAS - Centro de Referência Social

CREAS - Centro de Referência Especial

CFESS - Conselho Federal de Estudante de Serviço Social

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada

MARE- Ministério da Administração e Reforma do Estado

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB - Norma Operacional Básica

ONG - Organização não Governamental

PEC- Proposta de Emenda à Constituição.

PDRE - Plano Diretor de Reforma do Estado

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PT - Partido dos Trabalhadores

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	12
2.1 O trabalho como categoria fundante do ser social e a reorganização do mundo do trabalho	12
2.2 Reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho: estratégia do capital à crise a partir da década de 1970.....	17
2.3 Neoliberalismo no Brasil.....	27
3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	34
3.1 Consolidação da Política Social no Brasil: PNAS.....	34
3.2 Anos 2000 expansão da Política de Assistência Social e trabalho do assistente social.....	44
3.3 Projeto Ético-Político em tempos de barbárie.....	60
4 ANÁLISE DAS EXPRESSÕES DA PRECARIZAÇÃO NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MURITIBA- BA	71
4.1 Um panorama da realidade do Município de Muritiba	71
4.2 As condições de trabalho dos assistentes sociais	73
4.3 As implicações da precarização para atuação do exercício profissional....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE	100

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão (TCC), tem como objeto de estudo a precarização do trabalho dos Assistentes Sociais inseridos na Política de Assistência Social no Município de Muritiba-BA. Com objetivo geral de compreender o processo de precarização e suas implicações para a atuação dos assistentes sociais, seguidos dos objetivos específicos de apontar as contradições emergentes no mundo do trabalho, buscando identificar os determinantes sociais, políticos e econômicos que configuram a precarização das relações de trabalho e analisar as condições de trabalho que esses profissionais são submetidos.

O interesse por essa temática surgiu durante o estágio curricular em Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), foi o que proporcionou a aproximação com os Assistentes Sociais e o contato com a realidade de trabalho do espaço ocupacional que possibilitou refletir sobre os dilemas vividos por esses profissionais. É a partir dessas inquietações que se desenvolverá o presente trabalho e como forma de facilitar essa discussão sobre a precarização do trabalho dos Assistentes Sociais, buscaremos compreender as mudanças ocorridas na sociedade e seus impactos para a classe trabalhadora.

A partir da década de 1970, a sociedade capitalista vivenciou uma crise econômica estrutural do capital que trouxeram profundas transformações nas esferas econômica, histórica, cultural, social e política. Após o cultivo de um longo período de expansão do acúmulo econômico, o capital passou a apresentar sinais de estagnação por intermédio da queda da taxa de lucros, porém, a maneira adotada pelo capitalismo para superar a crise estrutural do capital e reverter o presente cenário foi a escolha do processo de reestruturação produtiva.

Nessa época, a conjuntura mundial marcada pelas crises existencial provocou serias mudanças no processo de produção e reprodução social refletindo diretamente no mundo do trabalho e na forma de organização da classe trabalhadora por se encontrarem subordinados ao sistema capitalista. O capital para dar continuidade no processo acumulativo e expansão tenta se reinventar reconfigurando no modo de produção, exploração da força do

trabalho e com a entrada do neoliberalismo em sociedade, redefine o papel do Estado como estratégia de recuperação da economia dando prioridade as privatizações.

Portanto, essas transformações ocorridas em sociedade vão repercutir também no trabalhador assistente social, que como trabalhador assalariado vende sua força de trabalho para sua sobrevivência e ao mesmo tempo se torna necessário criar propostas de intervenção para responder as demandas que emergem como consequência das mudanças societárias, por conseguinte também são atingidos pela flexibilização, precarização do trabalho, perdas de direitos e outras desregulações.

Para a obtenção de uma melhor compreensão desse processo, utilizamos da pesquisa qualitativa para compreender de uma forma mais concisa os aspectos relacionados ao tema da pesquisa. Dessa maneira, as técnicas empregadas são: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e pesquisa de campo com entrevista semiestruturada.

Conforme Marconi e Lakatos (2001), a pesquisa bibliográfica é feita através de levantamento das obras bibliográfica que já foram produzidas e publicadas, possibilitando o acesso com o que já foi escrito sobre uma definida temática que poderá auxiliar em consultas, leitura complementar para a criação de texto e até inclusive produção de pesquisa científica. Será feito o uso também da pesquisa documental para se acessar às legislações concernente ao tema de estudo. De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental é feita através da exploração de fontes documentais, caracterizada como de primeira mão, que ainda não receberam nenhum tratamento e segunda mão as que já foram analisadas de alguma forma.

Deste modo, pontuaremos alguns autores que recorreremos a suas produções para a realização da discussão das categorias trabalho como: Antunes, Behring, Druck, lamamoto, Raichelis e Yazbek. Dessa maneira, esses autores conduzirão a discussão sobre a dimensão histórica do processo de precarização do trabalho e suas determinações na contemporaneidade.

Sendo assim, foi realizada uma pesquisa de campo com a participação de cinco (05) assistentes sociais que integram a Política de Assistência Social e para a coleta de dados foi utilizada a aplicação da entrevista semiestruturada, ver no Apêndice "A" seguidas por perguntas fechadas e abertas em que foi

dada toda liberdade de expressão aos entrevistados. As entrevistas foram realizadas de maneira individual e gravadas de acordo com a permissão dos participantes, ver no Apêndice “B”. E para a preservação da identidade dos(as) entrevistados(as) será utilizado nomes fictícios como: Amélia, Carmelita, Joaquina, Petrolina, Olímpio.

Consideramos importante pontuar alguns aspectos relacionados ao processo da pesquisa de campo. Foram realizados alguns contatos com os/as assistentes sociais do município, inicialmente nos deparamos com algumas dificuldades e receio apresentado pelos profissionais em participar da pesquisa. Dois (02) dos convidados justificaram atribuindo a sobrecarga de trabalho, mas no último momento resolveram participar, porém sem o uso da gravação e três (03) se comprometeram em participar, as entrevistas foram marcadas conforme a disponibilidade do dia e horário de cada participante.

Diante do receio apresentado pelos participantes consideramos que se atribui a todos os convidados serem empregados por meio do contrato temporário, fator que tem provocado o receio para a entrevista e que tem influenciado diretamente no posicionamento crítico do exercício profissional dos assistentes sociais, uma vez que o capitalismo contemporâneo fragiliza os vínculos trabalhistas, provocando uma contradição “no mundo do trabalho” e causando uma insegurança contínua ao trabalhador (ANTUNES, 2007).

De acordo com Minayo (2012), o campo de atuação possibilita ao pesquisador a oportunidade de aproximação, conhecimento e exploração do objeto de pesquisa, permitindo-lhe fazer a articulação da teoria com o empírico, não considerando a realidade quantificável, mas se preocupando “com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.”

Tendo em vista, que o presente trabalho de pesquisa em análise encontra-se estruturalmente dividido em três capítulos. Sendo que o primeiro capítulo possui o seguinte título: “As transformações no mundo do trabalho”, apresenta uma breve discussão acerca da categoria trabalho, inicia uma abordagem referente a importância do trabalho na vida do ser humano como um meio de subsistência das famílias desde os primórdios.

Logo, remete as décadas dos anos 1970, 1980 e 1990 com sua resposta a crise do capital, através da reestruturação produtiva e flexibilização do

sistema capitalista, para retomada do aquecimento acumulativo da economia capitalista. Isto revela as diversas modificações e consequências que a categoria trabalho vem sofrendo na dinâmica societária. Também demonstra os efeitos devastadores do neoliberalismo no Brasil, suas privatizações e os rebatimentos para a classe trabalhadora.

O segundo capítulo tem por título: “Política de Assistência Social no Brasil e o trabalho profissional do assistente social”: Discute o surgimento da Política de Assistência Social no Brasil e as influências do neoliberalismo sobre essa política de assistência. Aborda a importância da consolidação da Política Social e a inserção da LOAS na CF/88, deixando de ser uma prática de filantropia para ser obrigação do Estado, sua expansão nos anos 2000 e a implantação da PNAS, com o objetivo de alcançar todo o território brasileiro na garantia da universalização de direitos sociais para o cidadão.

Discorre também sobre a aprovação da PEC/2016, que sofreu um corte no orçamento financeiro da política social, contribuindo com a precarização do trabalho dos assistentes sociais e no atendimento para acessar os serviços, devido a tentativa de desmantelamento da Assistência Social. Outro ataque contra os trabalhadores foi a aprovação da Reforma Trabalhista CLT/2017, que foi dada prioridade aos empresários e mercado, já os trabalhadores tiveram perdas de direitos conquistados a décadas adquirida através de muita luta.

O terceiro e último capítulo: “As implicações da precarização para atuação do exercício profissional” apresenta o resultado das análises das implicações advindas do processo da precarização que limitam o fazer profissional dos assistentes sociais na política de Assistência Social em Muritiba-Ba.

Dessa forma, a relevância desse estudo consiste em formentar o debate sobre as condições de trabalho que os assistentes sociais são submetidos no município de Muritiba. O estudo visa a contribuição no reconhecimento dos assistentes sociais como um trabalhador assalariado que ao ser inserido no mercado de trabalho sofre todos os impactos proveniente do processo das transformações do mundo do trabalho. Nesse sentido, ressaltamos a importância dessa pesquisa para a formação acadêmica e para os profissionais que vivenciam esse contexto.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

O presente capítulo é dividido em três tópicos, que discutem a categoria trabalho. O primeiro tópico traz uma abordagem referente à importância do trabalho na vida do ser humano como um meio de subsistência das famílias desde os primórdios.

O segundo tópico nos introduz as décadas de 1970, 1980, 1990 e sua resposta à crise do capital e repercussão através da reestruturação e flexibilização do sistema capitalista para retomada do aquecimento acumulativo da economia capitalista. Isto revela as diversas modificações que a categoria trabalho vem sofrendo na dinâmica societária.

Por fim, o terceiro tópico nos remete aos efeitos devastadores do neoliberalismo no Brasil desde a década 1990, suas privatizações e seus rebatimentos para a classe trabalhadora.

2.1 O trabalho como categoria fundante do ser social e a reorganização do mundo do trabalho

Os seres humanos sempre precisaram trabalhar para manter sua sobrevivência. Então para uma melhor compreensão dos processos de mudanças ocorridas acerca de milhares de anos entre a organização social dos grupos humanos, iremos analisar as relações sociais de produção de bens que garantiam a sustentabilidade e a reprodução da vida social da comunidade primitiva.

De acordo com Netto e Braz (2007, p.56):

Os abrigos eram extremamente toscos, a alimentação obtinha-se através da coleta de vegetais e da caça eventual e imperava o nomadismo. Com a produção de instrumentos menos grosseiros que machados de pedras e, depois, cada vez mais aperfeiçoados (o arco e a flecha, redes de pesca, canoas e remos), assim como os primeiros rudimentos de agricultura, aqueles grupos foram, pouco a pouco, amenizando a condição de penúria geral em que decorria a sua existência. Essa penúria devia-se ao fato de tais grupos consumirem imediatamente o pouco que podiam obter com os seus esforços – não conseguiam mais que sobreviver a duras penas. As atividades de seus membros eram comuns (a coleta, a caça, a pesca), seus resultados eram partilhados por todos e não havia propriedade privada de nenhum bem. Nesse

“comunismo Primitivo”, em que imperavam a igualdade resultante equitativa do pouco que se produzia, a diferenciação social era mínima: não mais que uma repartição de atividades entre homens (caçadores) e mulheres (que coletavam e preparavam os alimentos).

Conforme o enunciado anteriormente, percebe-se que durante o regime da sociedade primitiva, o trabalho era um instrumento de auto realização do homem e meio de sobrevivência. Os homens trabalhavam em conjunto apenas para saciar suas necessidades biológicas e repartiam entre si de forma igualitária os mantimentos, pois ocorria a falta de desenvolvimento de novas formas, para adquirir alimentos suficientes que pudessem suprir as necessidades diárias da população, situação que lhes levavam ao estado de escassez, mas essas atitudes os levaram a refletir sobre a necessidade de criarem novas técnicas para o desenvolvimento do trabalho. Antes, a única diferença entre eles, era a divisão das tarefas que eram repartidas entre gêneros.

Segundo Netto; Braz:

[...] gradualmente, porém gestaram-se no seu interior os elementos que responderiam por sua dissolução. Entre esses elementos, dois são particularmente importantes: a domesticação dos animais e o surgimento da agricultura. As comunidades que avançaram nessa direção logo se distinguiram das outras, dedicando-se ao pastoreio e ao cultivo de terras, com o que deixaram o nomadismo e passaram a vincular-se a um território (ou seja, tornaram-se sedentárias). Esse processo [...] acarretou significativas transformações na relação dessas comunidades com a natureza: aperfeiçoando os instrumentos de trabalho, inclusive com o uso de metais e a descoberta de suas ligas, os homens começaram a controlar o tempo (as estações do ano, o inverno, o intervalo entre semeadura e colheita) e algumas forças naturais (a irrigação) no interior das comunidades, as tarefas agrícolas (o pastoreio, o cultivo) diferenciaram-se daquelas que instauraram o artesanato (fabricação de utensílios de cerâmica e de metal, rodas e veículos rudimentares e dos primeiros tecidos) (NETTO; BRAZ, 2007, p.56).

Porém, ao longo do tempo com o desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais e algumas outras atividades, algumas comunidades foram se transformando em sua forma de dividir e organizar o trabalho. Pois, como passou a existir um contingente maior de trabalho, houve também a necessidade de reorganização na divisão das tarefas, não mais sendo repartidas entre homens e mulheres, mas conforme as especializações de

cada indivíduo em uma determinada atividade, assim nasceram as profissões e como os indivíduos passaram a produzir e acumular um maior número de bens surgiu também o excedente econômico.

Netto; Braz, afirmam que com o surgimento do excedente ocorreu uma revolução na vida das comunidades primitiva:

O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de acumular os produtos do trabalho. Dois efeitos logo se farão sentir. De um lado, junto com uma maior divisão na distribuição do trabalho (o artesanato avança e se torna relativamente mais especializado), produzem-se bens que, não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destinam-se à troca com outras comunidades – esta nascendo a mercadoria e, com ela, as primeiras formas de troca (comércio). De outro, a possibilidade da acumulação abre a alternativa de explorar o trabalho humano; posta a exploração, a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aqueles que produzem o conjunto dos bens (os produtores diretos) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os apropriadores do fruto do trabalho dos produtores diretos) (NETTO; BRAZ, 2007, p.57).

A partir daí, compreende-se com a descoberta do excedente econômico, surgiu à mercadoria¹ e junto com ela o comércio, além da desigualdade social que passou a fazer parte do cenário mundial do universo do trabalho, a sociedade se dividiu em duas espécies de classe social: a classe dominante que se apropria dos bens produzidos e a classe subalterna que são os produtores de bens.

Para Antunes (2007, p.126):

[...] O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e “não primeira necessidade” de realização humana. Na formulação contida nos Manuscritos,” o trabalhador decai a uma

¹ É representada por uma determinada quantidade de trabalho social ou dinheiro. (MARX, 1985, p. 139).

mercadoria e a mais miserável mercadoria”, torna-se “um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual”.

Logo, o trabalho antes entendido como fundamental a vida humana, a aplicação de sua força passa a ser vista como uma mera mercadoria, perdendo o verdadeiro sentido. Passando a ser sua única fonte de sobrevivência para os indivíduos.

O trabalho é conceituado pelo pensamento marxista como uma atividade humana responsável pela produção dos valores de uso. Em Marx, o trabalho² é o elemento fundamental para a vida humana, é um instrumento de mediação e controle do homem sobre a natureza, em que os processos advindos dessa relação possibilitam ao homem a se construir assim mesmo, os objetos e a estrutura pertencente. E isso, os distingue dos animais a sua capacidade de projetar de maneira consciente, visando sempre obter a execução de seus objetivos.

Conforme Antunes (2007, p.125):

O trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para a sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o “motor decisivo do processo de humanização do homem” [...] Esta formulação permite entender o trabalho como “a única lei objetiva e ultra-universal do ser social, que é tão ‘eterna’ quanto o próprio ser social; ou seja, trata-se também de uma lei histórica, à medida que nasce simultaneamente com o ser social, mas que permanece ativa apenas enquanto esse existir.

Diante do enunciado, entende-se que o trabalho modifica o homem e ele sempre existiu mesmo de forma singular, sendo o centro da realização humana e fruto da sua subsistência. Além de categoria trabalho ser vista sob dois ângulos diferenciados; no aspecto ontológico e no aspecto histórico. No aspecto ontológico do ser social, ele se resume em trabalho concreto, a sua prática se torna fundamental a raça humana. Já no aspecto histórico, se torna abstrato, ele ocorre no momento em que o trabalhador se sente forçado a vender sua força de trabalho em troca do salário para sua própria sobrevivência.

² Conferir em Marx (1985, p.153).

O trabalho sendo um elemento inerente ao homem fundador do ser social mantendo a capacidade de pensar de forma consciente, a criar elementos de uso, a se organizar e até mesmo de fazer alteração no processo de produção e reprodução do trabalho. Logo, o homem se distingue do animal que faz uso da natureza apenas por instinto.

As mudanças dos meios de trabalho alteram as relações entre os homens, transformando as condições sociais em que acontece a produção. O trabalho modifica o homem, potencializando sua força produtiva e arremete as bases em que instituem as relações sociais (RUY, 1997).

Diante do exposto, o trabalho no decorrer da história permitiu ao homem a se tornar um ser social, a se desenvolver a si mesmo e a sociedade que vive, transformando-a de forma histórica.

Sendo assim, o modo de produção capitalista possui como finalidade a produção de riquezas materiais, sendo que estas são adquiridas da exploração de uma classe subalterna por outra que a domina, em que historicamente comanda as regras do capital, propiciando a precarização das relações de trabalho e evitando que o trabalhador se realize no processo da produção e que esses tenham qualquer tipo de acesso as riquezas produzidas, pois estas são retidas pelos detentores do capital. Então o trabalho que antes era visto como a realização dos seres humanos passa por mutações, perdendo o sentido amplo e passando a corresponder as necessidades inerentes do capital.

Para Marx:

[...] o trabalho produtivo é o que reproduz, para o capitalista, não só o valor íntegro dos meios de subsistência contidos no salário, mas os reproduz com um lucro, afirmando que “só é produtivo o trabalho que produz capital”. Mercadoria e dinheiro só se convertem em capital porque são trocados diretamente pela força de trabalho, cujo valor de uso para o capitalista não consiste na utilidade desse trabalho particular e nem do produto do trabalho enquanto tal, mas em que “ele devolve mais tempo de trabalho do que lhe foi pago como salário” (MARX apud IAMAMOTO, 2007, p.78).

De acordo com a colocação anteriormente, a classe trabalhadora é responsável pela produção de mais-valia, esta reproduz em longa escala, quando essa produz diretamente para o capitalista, não apenas o seu valor integral correspondente ao salário, mas com o valor do lucro acrescentado a

mercadoria produzida e recebendo em troca um valor inferior a exploração da sua força de trabalho que foi aplicado no processo de produção. Pois, o trabalho produtivo ao capitalismo se converte naquele que aumenta cada vez mais os seus lucros, obtidos com a espoliação da força de trabalho da classe trabalhadora.

Visto que o capitalismo se sustenta pela exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, para esse sistema se tornar predominante, ele deve estar em constante expansão e acumulação da força da classe trabalhadora quem é a produtora de riquezas. Mas, como se produz mais do que o valor do salário que o trabalhador recebe, sobram mercadorias no mercado de consumo, pois os trabalhadores não possuem renda suficiente para consumir todas as mercadorias exposta no mercado consumidor por isso ocorre crise de super produção no sistema capitalista. Portanto, as crises e as transformações do modo de produção capitalista estão atreladas a contradição da estrutura do capital, o que é abordado no próximo tópico.

2.2 Reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho: estratégia do capital à crise a partir da década de 1970.

Para a melhor compreensão da dinâmica do capital, faremos uma análise do período pós-crise e quando for necessário retrocederemos ao período anterior à crise, se apropriando das leituras das principais referências bibliográficas de Harvey (1992), Antunes (2012) e Pinto (2007). Daremos seguimento debatendo sobre à crise do capital.

A crise do capital a partir da década de 1970, resume-se em uma crise estrutural³ jamais vivenciada pelo sistema capitalista, iniciou-se com o declínio da economia, proveniente da queda da taxa da lucratividade corporativa, as regras de produção, consumo, lucro e mercado já não respondiam mais a acumulação do capital. Mas, como combate do capital a crise, foram adotadas medidas de reestruturação para a recuperação do capital que trouxeram grandes transformações na sociedade, afetando diretamente a classe

³ A crise de 1970, foi uma crise estrutural do capital que tem origem no excesso de capacidade de produzir sem retorno nas vendas, o que levou a uma queda acentuada da taxa de lucro na década de 1970, levando assim a diversas outras crises no seu íntimo (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

trabalhadora. O capital frente à crise, precisou desenvolver rapidamente novas bases de organização no padrão de produção, consumo e lucro para dar continuidade a sua expansão, porém a crise avançou e repercutiu alcançando as décadas de 1980 e 1990.

O século XX foi marcado por uma crise estrutural que abalou a economia capitalista. A sua intensidade impulsionou ao capital desenvolver “práticas de materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interior da produção para satisfação das necessidades humanas” (MÉSZÁROS apud ANTUNES, 2007, p.178).

Assim, compreende-se que o capitalismo para se manter firme e dá continuidade ao seu processo acumulativo, ele se reconfigurou para atender as necessidades do capital e garantir sua expansão e o aumento da exploração da força de trabalho. Desse modo, causando um estranhamento no sistema de produção, em que o trabalhador já não mais se via, como criador daquele material construído por ele.

Segundo Antunes (2007, p.23)

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que vive- do trabalho sofreu a mais aguda crise desse século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser.

A década de 1980, sofreu um grande processo de transformação em que a tecnologia, a robótica, a automação, a microeletrônica passaram a dividir espaço com a classe trabalhadora, dentro das fábricas na relação de trabalho e produção do capital. Desta maneira, percebe-se que a expansão da força de trabalho possibilitou ainda mais o aumento da quantidade do capital com a introdução de novos elementos inseridos nas relações de trabalho do modo de produção.

Essas mudanças no sistema produção proporcionou o desenvolvimento de novas técnicas, inserção de novas tecnologias, novas formas de organização e como consequência disso surgiu juntamente às diversas formas

de precarização e flexibilização do trabalho, pois como o capitalismo busca se reinventar sempre, aumentando o seu crescimento.

De acordo com Alves:

Entre 1984 e 1987, impulsionadas pela perspectiva de recuperação da economia a partir do Plano Cruzado, de 1984, bem como pelo cenário internacional propício às exportações, dada a valorização do dólar em 1985, as empresas brasileiras dirigiram então investimentos em inovações tecnológicas de base microeletrônica na produção. Esse primeiro movimento concentrou-se nas grandes firmas do ramo metal- mecânico, automotivo, petroquímico e siderúrgico, principalmente nas que se voltavam para a exportação, levando consigo nesse processo suas fornecedoras de maquinarias, componentes e insumos, ainda que internamente às últimas, tais implementações tenham sido observadas apenas em alguns pontos estratégicos da produção (ALVEZ apud PINTO, 2006. p.79).

Torna-se compreensível que com a inserção de novas tecnologias no sistema de produção como tentativa de recuperação da economia, como foi citado anteriormente, a relação de trabalho sofreu uma mudança passando a existir uma subdivisão na organização dos trabalhadores, cada um passou a ser responsável pelo desenvolvimento de uma função na construção da mercadoria, sofrendo alienação, pois desconhecendo cada etapa do processo de construção e até o resultado final do produto produzido por eles. Assim, houve também uma intensificação na multiplicação da produção de mercadorias, ocasionando a queda do preço do produto e possibilitando o consumo pelos próprios produtores para aumentar o acúmulo do capitalismo.

Para melhor compreensão do modo de produção inserido nesse contexto do universo do trabalho, destacaremos os conceitos de Fordismo, Taylorismo e Toyotismo por terem sido bastante destacados no processo de expansão do capitalismo, em que seu objetivo visava sempre o lucro no processo acumulativo do capital.

Cabe ressaltar que mesmo o capitalismo introduzindo novas técnicas ao modo de produção isso não significou uma ruptura total com o antigo, mas uma nova organização no processo de trabalho. Conforme Druck (1995), o fordismo⁴ é uma forma de padrão de produção, que começou nas fábricas da

⁴ O fordismo é fundamentado nas idealizações das antigas tecnologias e numa detalhada divisão do trabalho preexistente, fazendo o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, buscando um aumento da produtividade, a partir de processos de trabalho rigorosamente

Ford, caracterizado, pelo trabalho repetitivo, fragmentado da produção em massa e em série, organização hierarquizada, separação entre concepção e execução do trabalho e homogeneização do produto. Sendo que esse modelo de produção se baseava na linha de montagem estruturada em cima de uma esteira mecânica com o objetivo de produzir em massa para que assim gerasse o consumo em massa.

O fordismo foi criado pelo americano Henry Ford, se baseava em um modo de produção em massa de um produto, voltado nas antigas idéias tecnológicas existentes anteriormente que consistia em o trabalho chegar ao operário de forma vitalícia, estimulando o aumento da produtividade, através de um rigoroso processo de cronometragem e padronização.

Conforme expressado por Antunes:

[...] o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século (2007, p.25).

Em consonância com Antunes (2007), Harvey (1992) afirma que o modo de produção fordista esteve fundamentado na produção de longa escala, baseada no modelo de produção em massa e no consumo em massa.

Já o sistema taylorista racionalizado pelo engenheiro norte-americano, Frederick Taylor se baseava na subdivisão das funções no sistema produtivo, como no administrativo. Além, de se caracterizar por controlar o tempo da produção, e a especialização do trabalhador, com a finalidade de garantir a intensificação, e o controle do ritmo de trabalho para evitar o dispêndio de

calculados e padronizados. Com a propagação da idéia de produção em massa, e consumo em massa o sistema fordista exercia controles tanto no modo de produção como controle na vida dos trabalhadores, ver Harvey (1992).

tempo entre a realização de uma operação e outra, a ampliação da produção de mercadorias.

O taylorismo é uma teoria baseado na cronometragem do tempo de trabalho de um funcionário gasto para desenvolver uma atividade, para que não houvesse nenhum dispêndio no processo de produção. Esse sistema consiste na divisão do trabalho e na especialização do trabalhador em uma tarefa, assim o trabalhador passaria a desconhecer todo o processo de produção do início ao fim, sendo que cada trabalhador ficaria responsável por desenvolver apenas uma função, portanto o trabalhador deveria buscar o aperfeiçoamento apenas nesta parte.

Como por exemplo, uma empresa que produz tênis não existe mais a necessidade do funcionário conhecer toda a etapa de produção e nem os modelos produzidos, mas cada trabalhador é designado a uma função, se um é responsável pelo corte do couro, outro pela costura, outro por colar o solado e outro pela colocação dos cadarços e assim sucessivamente até chegar o acabamento final o produto passa pelo manuseio de diversos funcionários, sendo que nesse processo o trabalhador produzirá mais em um menor tempo.

Desse modo, cada trabalhador irá aprender apenas uma função determinada e procurando sempre o aperfeiçoamento cada vez mais dessa técnica, já o conhecimento de todo o processo do produto ficaria unicamente com o gerente que fiscaliza todo o processo da industrialização do produto.

Essa subdivisão extrema em diferentes atividades, mas contendo a mesma finalidade que é a produção de um mesmo produto em um menor espaço de tempo, passando a produzir mais mercadorias e objetivando não perder o tempo de sobretrabalho não pago que estaria incluso em cada mercadoria produzida.

Para lamamoto,

O caráter alienado da relação do capital, sua fetichização, alcança seu ápice no capital que rende juros, que representa a mera propriedade do capital como meio de apropriar-se do trabalho alheio presente e futuro. O capital dinheiro aparece, na sua superfície, numa relação consigo mesmo, como fonte independente de criação de valor, a margem do processo de produção, apagando o seu caráter antagônico frente ao trabalho (2007, p. 93).

Com isso, o modo de produção taylorista/fordista no mesmo tempo que produzia as mercadorias, baixava o preço dos produtos industrializados e especializava cada funcionário a uma função distinta provocando alienação no operário, já que não somente a produção era sistematizada, mas os horários de trabalhos junto às cobranças para produzir progressivamente.

Pinto (2007), salienta que as condições impostas pelo sistema taylorista/fordista⁵ conduziria a um aumento das especializações das funções a um nível de limitação e simplificação tão perversa, em que assemelharia o trabalhador a uma máquina, devido as diversas repetições de um mesmo movimento que o operário deveria fazer no processo do desenvolvimento da produção. Pois isso se tornava um risco para o trabalhador, porque qualquer indivíduo inexperiente poderia preencher uma vaga nas indústrias, todavia deveriam ser submissos aos seus superiores porque a qualquer momento poderia perder o seu posto e serem substituídos por outro funcionário.

Henry Ford possuía o objetivo de criar um método que pudesse eliminar os custos de produção nas fábricas, diminuindo os investimentos para especialização do trabalhador e como consequência disso baixando o preço dos produtos produzidos para proporcionar o aumento de um maior número de consumidores possível.

O sistema fordista de produção encontrou solo fértil para se disseminar no pós-guerra, período que ocorreu grande crescimento da produção de bens de consumo duráveis, mas são com as mudanças⁶ do papel do Estado que o fordismo se expandiu.

De acordo com Harvey (1992), a reformulação do Estado sucedeu após 1945, foi o que permitiu que o fordismo chegasse à maturidade com um regimento fortalecido e alcançando altas taxas de crescimento econômico,

⁵ O binômio taylorista/fordista é empregado para sinalizar a junção de estratégias da produção taylorista à produção fordista, a saber, a união da produção em série do sistema fordista ao cronômetro taylorista, amplamente utilizada nos processos de produção durante quase todo século XX. Seus princípios foram amplamente refletidos no modo de vida e organização social, consumo e gerência da força de trabalho em países industrializados. Conferir Harvey (1992).

⁶ Esse é o período marcado pela associação do fordismo ao keynesianismo, que constituíram as bases para o processo de acumulação acelerada do capital, no período pós-guerra. (...) com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de interconexão do capital (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 88). Para uma melhor compreensão, conferir David Harvey (1992) e Behring e Boschetti (2011).

conseguindo controlar as crises do capital e proporcionando uma melhor elevação na qualidade de vida dos indivíduos.

Mas, a partir do final dos anos 1960, para início dos 1970, a fase de expansão do capital⁷ passou a apresentar sinais de esgotamento, advindo conseqüentemente da rigidez das práticas e políticas de governo consolidadas no período fordista. Esse foi o momento que o modo de produção fordista começou a sofrer uma queda na taxa de crescimento econômico. A partir daí, o capital passa a buscar estratégias para recuperar o crescimento econômico e se disseminar junto com as mudanças e no papel do Estado.

Diante desse contexto histórico, o modelo fordista/taylorista de produção entra em colapso, passando a retroceder nos países industrializados para o padrão toyotista traçado em um novo regime da economia capitalista: que é a acumulação flexível. A mudança na economia política do capitalismo proporcionou oscilação nos hábitos de consumo, no modo de trabalho, nas configurações geopolíticas, além das práticas do Estado (HARVEY,2012,p117).

Todavia, tendo em vista o combate da crise que surgiu nos anos 1970 e retomar ao seu crescimento anterior, o capitalismo passa a apresentar mudança estratégica na dimensão do trabalho, voltado ao toyotismo japonês, chamado de acumulação flexível que substitui o modelo de produção taylorista/fordista. Pois, esse sistema é um mecanismo que permite a retomada da acumulação do capital em que permanece criando novas formas de dominação e exploração do trabalho, arremete com conseqüências diretas a classe trabalhadora, aumentando as desigualdades sociais e a precarização do trabalho.

O Toyotismo⁸ foi um sistema idealizado pelo engenheiro industrial da Toyota Taiichi Ohno e pelo empresário Eiji Toyoda era um modelo japonês de produção de mercadorias baseada na flexibilização nas fábricas de produção.

⁷ O Capitalismo é um sistema econômico e social que tem como seu principal objetivo a acumulação de riquezas, através dos meios de produção. Entretanto, o “capital não é uma, mas determinadas relações de produção sociais entre pessoas que se apresentam como relações entre coisas” (MARX apud IAMAMOTO, 20011, p.63).

⁸ É um sistema baseado em tecnologias capital- intensivas e poupadoras de mão- de - obra, os efeitos sobre a força de trabalho têm sido devastadores, caracterizando um processo de heterogeneização, fragmentação complexificação da classe trabalhadora (Antunes, 1995; Matoso, 1996). Momentos que ocorre o aprofundamento do desemprego estrutural, da rápida destruição e reconstrução de habilidades, da perda salarial e do retrocesso da luta sindical (Behring, 2008, p. 35).

Esse modo de produção era desenvolvido nas montadoras de automóvel Toyota, como objetivo de recuperar as empresas japonesas, após o país enfrentado II Guerra Mundial, pois atravessava por momento em que o país estava em completo caos, o mercado reduzido, precisava produzir investindo o menor custo. Como aponta Behring:

A produção é conduzida pela demanda e sustenta-se na existência do estoque mínimo. O Just in time e o kaban asseguram o controle de qualidade e o estoque. Um pequeno grupo de trabalhadores multifuncionais ou polivalentes opera a ilha de máquinas automatizadas, num processo de trabalho intensificado, que diminui ainda mais a porosidade no trabalho e o desperdício. Diminui também a hierarquia no chão de fábrica, já que o grupo assume o papel de controle e chefia. Acrescente-se a pressão patronal pelo sindicalismo por empresa – sindicalismo de envolvimento – e a pressão do desemprego, e tem-se o caldo de cultura para a adesão às novas regras (BEHRING, 2008, p.35).

Behring (2008), expõe que o sistema toyotista⁹ foi o modo de produção diferenciado do taylorismo fordista. A vista disso, o toyotismo se originou da fábrica Toyota baseada no just in time¹⁰, e no sistema kaban¹¹ que de forma diferenciada o fordismo se concentrava em uma produção em série e no trabalhador especializado, já o toyotismo fixa na flexibilização das formas de produção, do trabalhador assumindo várias atividades dentro de uma mesma empresa, para que a produção seja diversificada e atendida a demanda do mercado de consumo. De forma limitada, resumindo os estoques e os gastos.

De acordo com Antunes, a introdução das tecnologias utilizadas como forma de eliminação dos custos no sistema de produção, resultou no aprofundamento do desemprego estrutural:

Como o toyotismo é baseado em tecnologias capital-intensivas e poupadoras de mão de obra, os efeitos sobre a força de trabalho têm sido devastadores, caracterizando um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. Observam-se os fenômenos do aprofundamento do desemprego estrutural, da rápida

⁹ A produção era totalmente flexibilizada pelos engenheiros da Toyota em que fabricavam e estocavam apenas o necessário.

¹⁰ O regime Just in time (assegura o controle de qualidade), significa produzir somente o que é necessário (seguindo exatamente as especificações do cliente) conforme a demanda.

¹¹ O sistema kaban (controla o estoque), descentralizou as relativas ao controle encomendas e das fabricações, não sendo mais necessário um setor especializado para tal, cabendo agora aos chefes de equipe (PINTO, 2007).

destruição e reconstrução de habilidades, da perda salarial e do retrocesso da luta sindical (ANTUNES apud BEHRING, 2008. p.35).

Behring (2008), confirma que as inovações introduzidas no sistema de produção toyotista trouxeram mudanças na organização material, além de provocarem mudanças objetivas e subjetivas na classe trabalhadora devido a introdução de novas tecnologias no sistema de produção acompanhada do uso de novas ideologias. Desse modo, atingiu a classe trabalhadora que sofreu perdas degradantes, apontaremos algumas mudanças para uma melhor compreensão da sua manifestação que atingem diretamente as formas de relação que ocorreram dentro das indústrias e se refletiu exteriormente representada como precarização do trabalho.

Em consonância com Harvey:

A acumulação flexível, como vou chama-la, e marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (...) (HARVEY, 1992, p.140).

Harvey (1992), salienta que as características da acumulação flexível representam uma forma particular do capitalismo, seus interesses são voltados inteiramente para o seu crescimento sendo que esse crescimento provém da exploração da força do trabalhador, além do capitalismo possuir suas determinantes leis que as remete a buscar constantemente o seu crescimento e expansão, assim como uma inseparável dinâmica tecnológica e organizacional.

Antunes e Druck (2013), também apontam as características gerais do modo de acumulação flexível e a diferenciação dos seus elementos do sistema taylorista/fordista em que ambos mantiveram os mesmos interesses a exploração da força do trabalhador para acumulação do capital, porém usando padrões diferenciados.

Em conformidade com Pinto:

O sistema de organização do trabalho toyotista surgiu num contexto muito diverso ao do sistema taylorista/fordista. Ao passo em que o último germinou dentro de uma economia em

crescimento e, portanto, contando com um mercado consumidor (tanto interno, quanto externo) em expansão, o toyotismo surgiu num contexto de crescimento econômico lento, em meio a um mercado interno que, se por um lado visava um consumo de praticamente todos os tipos de bens e serviços, mostrando-se diversificado, por outro se caracteriza pela pequena expansão da demanda (PINTO, 2007, p. 55).

A pesar de o Toyotismo ter emergido em um contexto diferente e trazido novidades, mas ainda pode ser observado que permanece presente características do fordismo que são essenciais para o fortalecimento do capitalismo. Porque mesmo usando o modo de flexibilização e a força de trabalho, assim como no modo anterior, agora são as estratégias para o acúmulo do capital que passa a se apresentar como forma de contrato de trabalho, horário, local, rebaixamento salarial, perdas sucessivas de direitos, divisão entre os trabalhadores, terceirização.

O toyotismo no desempenho da função do funcionário exigia que um único trabalhador pudesse conduzir diversas máquinas no processo produtivo, atividades que antes, no sistema fordista eram repartidas por vários trabalhadores passaram a serem desenvolvida por apenas um trabalhador, que se tornou multifuncional e como consequência disso um grande número de trabalhadores foram excluídos do mercado de trabalho.

Como afirma Mézáros (2006, p.29):

Como resultado dessa tendência, o problema não se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros- empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação racionalizadora não esta mais limitada aos ramos periféricos de uma indústria obsoleta, mas abarca alguns mais desenvolvidos e modernizados setores da produção da indústria naval e da aeronáutica, da indústria mecânica á tecnologia espacial. Portanto, não estamos mais diante dos subprodutos normais e voluntariamente aceitos do crescimento e do desenvolvimento, mas de seu movimento em direção ao um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos bolsões de subdesenvolvimento, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do desenvolvimento, da racionalização e da modernização em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as conseqüências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas

desprivilegiadas, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade.

Entende-se com o modo flexível de produção capitalista trouxeram diversas mudanças a classe trabalhadora como ocorreu um grande número de desempregados que acabou afetando toda a classe trabalhadora tanto o trabalhador apontado como qualificado quanto o não-qualificado, além das perdas de direitos trabalhistas já conquistados, as relações de trabalho foram alteradas diferentemente do modelo implantado anteriormente, os trabalhadores que antes eram contratados por salário, passaram a serem contratados por serviços prestados, por trabalho á demanda.

O toyotismo após se estender nos países desenvolvidos se expandiu com sua terceirização pelos países subdesenvolvidos.

Assim, podemos perceber que as mudanças no modo de produção não foram suficientes para responder conforme as necessidades do capitalismo, fazendo necessário criar mudanças estratégicas no papel do Estado. No Brasil as ideias neoliberal só foram implementadas a partir da década de 1990, em que o Estado passou a intervir através de ações que buscavam manter sua subordinação ao capital e destruindo os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora durante anos é o que será exposto no tópico a seguir.

2.3 Neoliberalismo no Brasil

O Neoliberalismo¹², de acordo com Anderson (1995), surgiu após a II Guerra Mundial, na Europa Ocidental baseada na ideologia de Friedrich Hayek, 1944, que possui primazia no ataque a racionalidade econômica, considerando como principal a liberdade individual.

¹² Suas postulações são de principal autoria de Friedrich Hayek que em sua obra “O Caminho da Servidão” (1944) apregoava um capitalismo “duro e livre de regras para o futuro” e, para tanto, atacava qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado e defendia o livre mercado e o individualismo, apresentando a intervenção estatal como uma ameaça à liberdade econômica e política (ANDERSON, 1995). Diante do exposto, o liberalismo pode ser compreendido como uma doutrina que preconiza a ideia dos direitos de propriedade, a livre interação entre os agentes econômicos, a igualdade perante a lei e a limitação do controle estatal sobre a sociedade (MORAES, 2001).

No entanto, era uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de Bem Estar Social¹³. Entretanto, era um ataque contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado que se apresentava como ameaça a liberdade econômica ou política. Mas, somente a partir da década de 1970, as idéias neoliberais ganharam credibilidades e se expandiram mundialmente.

A crise enfrentada pelo modo econômico de produção a partir das décadas de 1970 e 1980 ganhou repercussão, servindo como solo fértil para a entrada do neoliberalismo se desenvolver nos anos 1990, portanto para os neoliberais se tornava um momento de importância, aproveitarem o retrocesso econômico seguidos de sinais dessas consequências como o desemprego estrutural que desencadeou o enfraquecimento do movimento sindical organizado, resultando na perda de direitos trabalhistas conquistados historicamente .

Os neoliberais afirmavam que as crises proviam, do exagerado poder dos sindicatos que desgastaram o processo acumulativo do capital com as reivindicações dos salários e as pressões para que o Estado aumentasse os gastos sociais, que devido a isso, houve uma grande queda no lucro das empresas e um aumento na inflação.

Para Montaño:

A resposta Keynesiana para enfrentar a crise no curto prazo, e para promover produção e consumo massivos, promovendo pela via da intervenção estatal a demanda efetiva e o emprego, desenvolvendo serviços estatais e direitos sociais e trabalhistas, tornou-se inviável e insustentável para o capital no longo prazo, derivando numa nova fase de crise capitalista, a partir de 1973 (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.60).

Segundo o autor, a solução para superação da crise para os neoliberais estaria atrelada a redefinição do papel do Estado¹⁴, portanto deveria redimensionar suas ações de maneira tal, que esse se mantivesse forte para

¹³ Bem Estar Social ou "Welfare State" é a designação atribuída ao Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos (MONTAÑO, 2011).

¹⁴ O ajuste neoliberal da crise propõe a defesa do mercado livre, rejeitando a influência pública sobre os investimentos e a distribuição da renda. Na perspectiva neoliberal é o mercado que determina a legitimação do Estado, pois propagam a idéia de necessidade de desregulamentação e flexibilização das normas trabalhistas para garantir a competitividade e produtividade (ANDERSON, 2003).

romper com as forças sindicais e se encontrasse impotente diante das intervenções econômicas a favor do mercado, capital e também como dos problemas sociais.

Montaño, também salienta que os neoliberais arquitetavam romper com o “pacto keynesiano”¹⁵ alegando que seria para o combate da crise, mas de maneira estratégica estes pretendiam expandir a acumulação do capital:

Porém, o neoliberalismo é uma nova estratégia que corrói e altera os processos típicos do anterior (e em crise) - Regime de Acumulação Fordista Keynesiano, mas o faz para garantir e ampliar os fundamentos da acumulação capitalista; se o neoliberalismo “romper” com o “pacto keynesiano”, com o Estado de “Bem-Estar Social”, e com o projeto de crescimento produtivo /comercial, o faz para dar continuidade, num contexto de crise, à acumulação ampliada de capital, na fase monopolista. Rompe com o acessório (o modelo de desenvolvimento e o “pacto” entre classe) para manter o fundamental (a acumulação capitalista, baseada na exploração da força de trabalho). O neoliberalismo acirra a exploração da força de trabalho, mas não institui; o neoliberalismo amplia as formas de “exploração”, de “enriquecimento” e a acumulação, por um lado, e de empobrecimento, por outro lado, mas isso não surge com esse projeto: esses são fundamentos do sistema capitalista (MONTANO; DURIGUETTO, p.194).

Para Behring (2008, p.37), o Estado de Bem Estar para os neoliberais passaria a ser visto como um problema para a garantia do processo acumulativo do capital:

Os instrumentos de “domesticação” do capitalismo, alguns deles duramente conquistados por meio de luta incansável entre interesses antagônicos de classes e seus segmentos, desde fins do século XIX e ao longo do XX, estão em questão. Destaca-se neste processo algumas funções do Estado desenvolvidas por ocasião do período fordista/keynesiano a promoção de uma política expansiva e anticíclica, a articulação de um aparato produtivo autônomo, a garantia dos serviços públicos, a dotação de infraestrutura, a realização de algumas redistribuição de renda por meio das prestações sociais na forma de direitos, tudo isso fundado em uma elevada produtividade e rentabilidade do capital que deram suporte a um período de avanço sustentado do emprego e do consumo (Montes, 1996: 23 e 26), e que pareciam configurar avanços civilizatórios perante perenes. Segundo Montes, o

¹⁵ O Pacto Keynesiano é o modelo do estado intervencionista (Welfare State) ou Estado de Bem Estar Social que foi adotado por muitos países após o fim da Segunda Guerra Mundial, já que a interferência parecia essencial para a recuperação do mundo naquele período do pós-guerra. Pois, o rompimento com Pacto Keynesiano se tornou possível a dada a drástica redução do impacto das lutas de classes no contexto atual. (MONTANO; DURIGUETTO, 2011, p.192).

neoliberalismo descobre os “perigosos efeitos” do Welfare State. São eles: a desmotivação, a concorrência desleal (porque protegida), a baixa produtividade, a burocratização, a sobrecarga de demandas, o excesso de expectativas. O perigo está especialmente no impulso aos movimentos sociais em torno de suas demandas. E a conclusão é: mais mercado livre e menos Estado Social.

Morais (2001), também afirma que a ideologia neoliberal trouxeram mudanças orçamentárias de modo a se opor com os gastos com o Bem Estar Social e a restauração da taxa de desemprego com a finalidade do enfraquecimento dos sindicatos, usando como estratégia para solucionar a crise a reestruturação do Estado que estaria garantindo a acumulação capitalista em que com a reestruturação o único regulador societário passaria a ser o mercado livre e o Estado mínimo para dar suporte aos trabalhadores.

De acordo com Behring (2008), o plano foi elaborado sobre a justificação de que a crise brasileira das últimas décadas era consequência do modelo de Estado vigente decorrente do desenvolvimento seguido pelos governantes, então o Estado se limitou a responder conforme suas funções básicas correspondente do setor produtivo, acelerando a degradação no serviço público e no aumento da crise fiscal decorrente da inflação.

Conforme afirma Pereira (1995, p.7), para cortar os gastos foi necessário colocar em prática algumas estratégias neoliberais, para diminuir os gastos sociais visando o beneficiamento da ampliação do capital:

Reconstruir o Estado significa superar definitivamente a crise fiscal e rever as estratégias de intervenção no plano econômico e social, abandonando as intervenções diretas e adotando formas regulatórias. Conjuntamente, é preciso reformar o aparelho do Estado, e isto significa (1) tornar a administração pública mais flexível e eficiente; (2) reduzir seu custo; (3) garantir ao serviço público, particularmente aos serviços sociais do Estado, melhor qualidade; e (4) levar o servidor público a ser mais valorizado pela sociedade ao mesmo tempo que ele valorize mais seu próprio trabalho, executando-o com mais motivação.

Pereira (1995), destaca que a Constituição de 1988, passou por uma “reforma do aparelho do Estado” e pela “reforma do plano social, para atender as demandas do capital, deixando a administração pública mais flexível e a política passaria a ser descentralizada, passaria a existir uma separação entre a formulação e a execução das políticas, pois o Estado passaria a definir as

atividades exclusivas dos funcionários públicos e as que poderiam serem feitas por outros meios de contratação, a partir desse momento surge o processo de terceirização dentro do setor estatal e aumento da privatização estatal de setores.

No Brasil as ideologias neoliberal veio a ser implementada de maneira tardia, pois não acompanhou o mesmo tempo histórico dos países desenvolvidos o neoliberalismo adentrou em cada país de forma diferenciada. Conforme Montañó (2011), o território brasileiro foi um dos países sul-americano que demonstrou resistência ao ideário neoliberal, que só tiveram acesso, após o agravamento da crise econômica entre o período de 1989 a 1990, depois de diversas tentativas de estabilização monetária fracassada, o Estado se tornou fragilizado surgindo assim a oportunidade para a implantação do projeto da “nova ordem econômica mundial”

Behring e Boschetti (2008, p.148), destacam o momento do surgimento do neoliberalismo no Brasil:

Ao longo dos anos 1990, propagou-se na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros uma avassaladora campanha em torno de reformas. A era Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cujas características de outsider (ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. Tratou-se, como se pôde observar, de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”. O principal documento orientador dessa projeção foi o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE / MARE, 1995), amplamente afinado com as formulações de Bresser Pereira, então à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE).

Compreende-se que no início da década de 1990, o projeto neoliberal foi aderido pelo Brasil, se iniciou com o governo Fernando Collor de Mello, tendo sua orientação pelo documento denominado Consenso de Washington que apresentava a redefinição das funções do Estado, a retração de políticas sociais, o ajuste fiscal e as privatizações como as principais medidas a serem

adotadas na tentativa de garantir a estabilidade e o crescimento econômico do país e se consolidou no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a instauração do Plano Real.

Montaño (2011), afirma que com a entrada do neoliberalismo no continente brasileiro, o Brasil acirrou mais ainda a exploração da força de trabalho e aumentou as formas de exploração para o enriquecimento e acumulação do capital, causando o empobrecimento da classe trabalhadora, mas esses elementos não foram instituídos pela nova ordem de modernização, porém do próprio fundamento do sistema capitalista regente.

O autor deixa isso bem claro:

Em relação ao mercado de trabalho, assistimos à desregulamentação das relações de trabalho (redução ou supressão de garantias ao trabalho) e a precarização do emprego (trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado e o trabalho informal). A flexibilização pode ser entendida como: liberdade por parte da empresa para demitir uma parcela dos seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade para a empresa, quando a produção assim o requer, de reduzir o horário de trabalho ou de decorrer a mais horas, repetidamente e sem aviso prévio; faculdade por parte da empresa de pagar salários reais mais baixos, seja para solucionar negociações salariais, seja para que ela possa participar de uma concorrência internacional; possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial e outras formas de trabalho atípicos (MONTANO, 2001, p.202).

Torna-se perceptível que a implantação da política neoliberal, conseqüentemente trouxeram o aumento alarmante da desigualdade, devido à concentração e a acumulação da riqueza. O aumento do excedente da mão-de-obra, a perda de direitos trabalhistas e sociais, e o surgimento e a ampliação de novas relações de trabalho cada vez mais precárias.

Segundo Moraes (2001), o neoliberalismo está estruturado nas privatizações das estatais, dos serviços públicos e na desregulamentação do poder do Estado para que seja submisso ao capital e este não interfira nos poderes do mercado para que este possa romper com o poder sindical, sendo que essas conseqüências arremetem a classe trabalhadora.

A reforma do Estado surgiu com a proposta de recuperar a governabilidade e a capacidade financeira e administrativa de governar que ocorreram através de programas de privatização (BEHRING, 2008).

Como afirma Pereira (1997, p.19):

Privatização é um processo de transformar uma empresa estatal em privada. Publicização, de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal. Terceirização é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio.

Para a ideia da reforma do Estado ser bem recebida e concretizar seus propósitos utilizou-se de suposta preocupação com a proteção social, se manifestando como uma forma de mudança na lei, na organização, no trabalho, na administração pública, apregoava a melhoria na qualidade dos serviços prestados a sociedade. Em que na verdade era mais uma estratégia para o acúmulo e expansão do sistema capitalista.

As autoras Behring e Boschetti, destacam que as privatizações se estenderam pelo país com o pretexto de gerar mais capital, para sanar a dívida interna e melhorar a qualidade de serviços prestados a população, para atingir a uma melhor eficiência econômica das empresas que segundo os neoliberais estavam sendo ineficientes na mão do Estado e agindo dessa maneira obteriam preços mais baixos para os consumidores, portanto o que se percebe é a expansão do mercado com as privatizações, além disso, as entregas desacerbada dos patrimônios públicos ao capital estrangeiro e juntamente com isso o crescimento da dívida pública do Brasil (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Podemos observar que a configuração do Estado neoliberal interfere rigorosamente no desenvolvimento e na implementação das políticas sociais, por causa do baixo investimento de recursos financeiro, na focalização e também no abandono de sua universalidade e na sua lógica do campo do direito social. Situação que se apresentam como obstáculos para a atuação dos assistentes sociais, assunto que é destacado no próximo capítulo.

3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Para uma melhor compreensão da política social iremos fazer uma abordagem desde o seu surgimento no Brasil, a materialização da Política de Assistência Social e as influências do neoliberalismo sobre essa política de assistência.

Esse capítulo encontra-se estruturado por três tópicos. No primeiro tópico veremos a importância da consolidação da política social através da regulamentação da Constituição Federal de 1988, que assegura a Assistência Social como direito do cidadão, deixando de ser uma prática de filantropia, para ser responsabilidade do Estado. A ratificação do direito cidadão pela Lei Orgânica da Assistência Social LOAS/1993 e a implantação por meio de amparos legais da Política Nacional da Assistência Social (PNAS/ 2004), que possui o objetivo de alcançar todo o território brasileiro na garantia da universalização de direitos sociais para os cidadãos.

No segundo tópico discorre sobre a expansão da Política Social (PNAS), nos anos 2000, sua ampliação com os governos da esquerda, a expansão do ensino superior inserindo o trabalhador nesta inclusão, alargando os espaços e possibilitando melhorias e condições de trabalho ao assistente social, apesar de todas as contradições.

E o terceiro tópico mostra o compromisso que o Serviço Social tem com a classe trabalhadora através do projeto ético político que visa a emancipação do ser humano, objetivando a construção de uma nova ordem social pautada na igualdade e justiça. Mas para isso mostra também a importância da formação profissional qualificada para não correr o risco de retrocedermos a retualização do conservadorismo, devido as estratégias do capital fazendo o uso do receituário neoliberal com suas tentativas de desmantelamento das políticas sociais.

3.1 Consolidação da Política Social no Brasil: PNAS

A trajetória e consolidação da política de Assistência Social foi bastante influenciada pelo processo político e econômico do país, portanto a Política de

Assistência Social é uma política pública que se configura como uma forma de garantir direitos ao cidadão, além de ser um instrumento de intervenção das diversas expressões da questão social¹⁶.

A presença da Assistência Social é registrada no Brasil a partir dos anos de 1930, como uma resposta proveniente das necessidades da industrialização do sistema capitalista, a política social ganha forma e passa a se expandir desde o período do Estado Novo de Getúlio Vargas, através da Constituição Brasileira de 1937, momentos em que os trabalhadores formais que se encontravam inseridos nos centros indústrias, foram assistidos pela previdência social se transformando em indivíduos coletivos através da institucionalização dos sindicatos brasileiros, mas ainda assim existia uma lacuna nesta Lei, o trabalhador informal não possuía a mesma regalia que o trabalhador liberal (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Conforme Yazbek (2008), os trabalhadores informais eram isentos de uma atenção individualizada, sem qualquer organização devido a isto necessitavam integralmente das instituições sociais, não possuíam uma atenção individual, então eram considerados pobres receberiam uma ajuda mínima para sobrevivência de órgão filantrópico¹⁷ e obras sociais, através de um atendimento fragmentado e seletivo, pois situação que estes se encontravam não era considerada da responsabilidade do Estado.

Consoante Behring e Boschetti (2008, p. 108):

Esse período de introdução da política social brasileira teve seu desfecho com a constituição de 1937 a qual ratificava a necessidade de reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado e finalmente com a Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, promulgada em 1943, que sela o modelo corporativista e fragmentado do reconhecimento dos direitos no Brasil, o que Santos (1987) caracterizou como “cidadania regulada”. Embora essa caracterização seja

¹⁶ A questão social são as expressões de pobreza, miséria e exclusão que se manifesta devido o predomínio do capital induzindo a banalização da vida humana, a descartabilidade e indiferença perante o outro. (BOSCHETTI, et al. 2009, p.29). A questão social é entendida como “conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura” a partir, das mobilizações operárias do século XIX (IAMAMOTO, 2001, p.16).

¹⁷ A filantropia, nesse período, em geral, partia da perspectiva doutrinária social da igreja e visava a uma reforma social e moral da população pobre. Yazbek (2008, p.11), afirma que “do ponto de vista estatal, a atenção para esses segmentos vai basear-se numa lógica de benemerência, dependente de critérios de mérito e caracterizada pela insuficiência e precariedade, moldando a cultura de que para os pobres qualquer coisa basta”.

correspondente referida a aceita na literatura no Brasil, ela não passa sem críticas, uma vez que não há cidadania sem regulamentação, e tal caracterização parece pressupor essa possibilidade histórica, contradizendo a formulação marshalliana e o próprio processo histórico de constituição de direitos. Mas esse limite não retira a importância do estudo de Santos acerca da particularidade da política social Brasileira. A CLT inspirava-se na Carta del Lavoro da era fascista de Mussolini, propugnando o reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado e atrelando sua organização sindical ao Ministério do Trabalho (...).

Após a regulamentação da Constituição Brasileira de 1937, foi criado em 1938 o primeiro órgão da Assistência Social, denominado Conselho Nacional de Serviço Social¹⁸ (CNSS). Ainda assim, para a consolidação dessa regulamentação se realizasse foi necessária a luta de classe através dos diversos grupos para essa garantia ser concretizada.

Como é colocado por Iamamoto (2006, p.126):

As leis sociais, que representam a parte mais importante dessa regulamentação, se colocam na ordem do dia a partir do momento em que as terríveis condições de existência do proletariado ficam definitivamente retratadas para a sociedade brasileira por meio dos grandes movimentos sociais desencadeados para a conquista de uma cidadania social. Em torno da questão social são obrigadas a posicionar-se as diversas classes e frações de classe dominantes, subordinadas ou aliadas, o Estado e a Igreja. Aqueles movimentos refletem e são elementos dinâmico das profundas transformações que alteram o perfil da sociedade a partir da progressiva consolidação de um pólo industrial, englobando-se no conjunto de problemas que se colocam para a sociedade naquela altura, exigindo profundas modificações na composição de força dentro do Estado e no relacionamento deste com as classes sociais. O desdobramento da questão social, a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses.

Diante do que foi mencionado, entendemos que depois da formulação da Assistência Social, suas práticas continuaram sendo subsidiadas por

¹⁸ Esse órgão era formado por pessoas que desenvolviam ações ligadas à filantropia, e possuía como objetivo, além da regulamentação e fomentação da assistência social no âmbito público, a responsabilidade de elaborar o plano nacional de serviço social, de modo que englobasse, além dos setores públicos, os privados. O Conselho Nacional de Serviço Social não se tornou um organismo atuante, fazendo com que em 1942 se instituisse a Legião Brasileira de Assistência (LBA) Iamamoto (2006).

representante da alta sociedade atendendo os ditames político, cultural, econômico do capital e a prestação dos serviços ainda continuaram sendo oferecidos de forma filantrópica, solidário e de caráter cristã pela igreja católica.

Assim, os componentes que integravam os Conselhos Nacionais de Serviço Social no Brasil continuavam sendo pessoas de alto poder aquisitivo, que por sua vez usava de caridade substituindo o Estado com sua autonomia interna (LONARDONI; GIMENES; SANTOS, 2006).

No período entre os anos 1969 a 1973, o Brasil passou por uma espécie de fordismo a moda brasileira, denominado Milagre Brasileiro¹⁹, em que a produção e consumo estava em massa, o pleno emprego taxa elevada para a população e as indústrias faturando. Mas com o desgaste do modo de produção, originado da crise internacional do petróleo, surgiram um grande número de desempregados, a flexibilização, precarização, desta forma emergia as expressões da questão social, nesse momento houve uma ampliação da Política Social no Brasil (BERING, 2008).

Como afirma Antunes:

(...) Assim, a ditadura militar reeditou a modernização conservadora como via de aprofundamento das relações sociais capitalistas no Brasil, agora de natureza claramente monopolista, reconfigurando nesse processo a questão social, que passa a ser enfrentada num mix de repressão e assistência, tendo em vista manter sob controle as forças do trabalho que despontavam. Nesse quadro, houve um forte incremento da política social brasileira (ANTUNES, 2008, p.136).

Compreende-se que os principais sinais das expressões da questão social e juntamente com eles a necessidade da expansão da política social, já começava a despontar diante da exploração e opressão do regimento governamental e do próprio sistema capitalista porque estes usavam a exploração da mão-de-obra como subterfúgio para tentar restaurar taxas de crescimento desgastado do Milagre Brasileiro. Todavia diante desse quadro existencial que o Brasil enfrentava serviu como alicerce para criar melhorias a política de assistência.

¹⁹ O Milagre Brasileiro ou “Anos de Ouro” era o período durante o contexto da ditadura militar pós-1964, o Brasil vivia a expansão do “fordismo á brasileira, por meio do chamado Milagre Brasileiro. Essa foi a forma que assumiu a introdução da produção em massa de automóveis e eletrodomésticos para o consumo de massa restrito (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.134.).

A história da Assistência Social no contexto brasileiro, sempre foi carregada por um caráter de caridade, solidariedade religiosa, filantrópico, assistencialista, era voltada aos indivíduos doentes e pobres sem condições financeiras de se sustentar (SPOSATI, 2004).

Como aponta Boschetti:

Para os que se encontravam fora do mercado de trabalho, se manteve a assistência social com o caráter de ajuda aos necessitados, complementaridade e excepcionalidade desenvolvida através de programas pontuais, desarticulados ou, simplesmente, puro assistencialismo paternalista destinado aos destituídos. Além disso, outra característica que marca a política social no Brasil são as práticas clientelista, nas quais o acesso dos usuários aos bens, recursos e serviços se realizam por meio de relações pessoais entre estes e representantes do poder público, a quem passam a dever favores frequentemente pagos através da fidelidade e lealdade política, sobretudo em momentos eleitorais. Podendo também ocorrer a não oferta de serviços em áreas cujos moradores não voltaram no candidato vitorioso (BOSCHETTI, 2009, p.112).

Desta maneira, compreende-se que a política de Assistência Social a todo o momento precisava ser redefinida para que esta viesse atender as necessidades da população, fazendo com que o Estado oferecesse sustentabilidade à política de assistência, mas para isso era necessário trazer para a esfera pública o enfrentamento da pobreza e a desigualdade social.

Behring e Boschetti (2008), afirmam que a partir de 1974, surgiu um bloco militar tecnocrático empresarial que buscou aderir através da ampliação e de um moderno modo de fazer política social: a unificação, uniformização além da centralização da previdência social no Instituto Nacional de Previdência Social. Desta forma é apontado que,

O ministério da previdência e Assistência Social foi criado em 1974, incorporando a LBA, a Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor (Funabem, criada em 1965) que veio a substituir o antigo SAM extinto em 1964, sem necessariamente alterar seu caráter punitivo, mantido no Código de menores de 1979, a Central de Medicamentos (CEMI) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência (Dataprev). Esse complexo se transformou, com uma ampla reforma administrativa, no Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS), em 1977, que compreendia o INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica (Inamps) e o Instituto Nacional de administração da previdência (Inapas), além daquelas instituições referidas acima. Nessa associação

entre previdência, assistência e saúde, impôs-se uma forte ênfase no atendimento curativo, individual e especializado, em detrimento da saúde pública, em estreita relação com o incentivo à indústria de medicamento e equipamentos médico-hospitalares, orientados pela lucratividade (BRAVO apud BEHING; BOSCHETTI, 2008, p.136).

Podemos observar que mesmo com a formulação de algumas leis em sociedade, não conseguia suprir as necessidades da população de forma eficaz. A sociedade sempre mostrando através das suas demandas o seu sinal alarmante que a todo tempo estaria precisando de um redesenho nas políticas públicas sociais. Em consequência disso, na década de 1980, existia um grande número de pessoa extremamente pobre e a desigualdade social crescia cada vez mais, portanto era necessário repensar na materialização de uma Política Pública de Assistência Social para atender as necessidades da população.

Como é pontuado por Fonseca (2013, p. 335):

No ano de 1985, houve uma demanda do setor de assistência social para que se adaptasse a nova realidade democrática do país, em que as camadas populares exigiam respostas efetivas das políticas assistenciais. A partir daí, começou-se a discutir a necessidade de formulação de uma política pública de assistência social.

A conjuntura política e social do Brasil daquele período percebe a urgente necessidade da materialização de uma política que viesse atender as demandas de forma eficaz advinda da sociedade. E nesse momento foi possível observar de forma explícita a luta pela inclusão de dispositivos constitucional de 1988, para a Seguridade Social e o ajustamento da regulamentação da Assistência Social para sua efetivação como uma política pública, transferindo de atos solidários para responsabilidade do governo, de favor, a um direito coletivo para o cidadão brasileiro.

No entanto, nesse contexto do ano de 1988, que o Brasil criou através da Constituição Federal o sistema de Seguridade Social que funcionou como um meio para a institucionalização da Assistência Social a ser introduzida no tripé da Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência). E transferindo a responsabilidade da Política de Assistência Social em seus artigos 203, 204 para o Estado e deixando de ser considerado um favor para

direitos sociais, passando a ser subsidiada pelas esferas governamental, essa se torna a parte fundamental para fortalecer a articulação da união nos três níveis: União, Estados, Distrito Federal e Municipal (BRASIL, 2004).

Assim, surge mais um campo para atuação dos Assistentes Sociais que atuam na esfera da produção e reprodução de relação social do capital, esse espaço das políticas sociais é um campo de luta semelhante a política democrática, em que o profissional milita pela revisão de direitos coletivos e a Constituição de 1988 assegura esses direitos básicos ao cidadão brasileiro:

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo da seguridade social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social (BRASIL, 2005, p.31).

Diante do enunciado, podemos perceber que historicamente a Política de Assistência Social sempre foi subsidiada em suas relações sociais, voltada para o favor, na solidariedade, no apadrinhamento político e no clientelismo. Portanto, com a reformulação da constituição de 1988 trouxeram transformação com a passagem do assistencialismo clientelista para a responsabilidade do Estado e com a implantação da LOAS em 1993, pelo presidente Itamar Franco, garantindo direitos a toda sociedade.

De acordo com o artigo primeiro da LOAS,

a Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2005, p.31).

As transformações não pararam por aí, surgiram documentos para dar suporte e fortalecimento a Lei Orgânica de Assistência Social²⁰ (LOAS), em

²⁰ A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), foi sancionada em 07 de dezembro de 1993, pelo então presidente Itamar Franco, introduzindo um novo significado para esta categoria. A LOAS é mais do que um texto legal, de um conjunto de ideias, de concepção e de direitos, ela introduz uma nova forma de discutir a questão de Assistência Social, substituindo a visão

1993, de nº 8.742; a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, sancionada pelo presidente Lula; as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único da Assistência Social (NOB-SUAS²¹ em 2005, NOB-RH SUAS em 2006 e a mais recente NOB-SUAS- 2012) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2009. São conquistas asseguradas pela Constituição Federal e a partir daí, que Assistência Social se torna uma política pública introduzidas no sistema de Bem-Estar brasileiro pela Lei Orgânica de Assistência Social. Deste modo,

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo do Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social (BRASIL, 2005, p.31).

À vista disso, entende-se que com a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social, como uma política pública social brasileira, houve uma descentralização política administrativa, ocorrendo um novo redesenho político e administrativo no território na formação de uma política pública de Estado. Logo, fica claro a observação de que desde a criação da Constituição Brasileira as bases de organização do Sistema de Proteção Social a cada momento vem sendo profundamente redesenhado através da busca incessante de forma estratégica de profundas mudanças, para atender as necessidades da população.

Em conformidade com Boschetti (2009, p.10):

As políticas sociais, especialmente no Brasil, orientadas pelo ideário neoliberal a partir da década de 1980, vêm sofrendo

centrada na caridade e no favor, por um instrumento que regulamenta os pressupostos constitucionais que definem e garantem os direitos à Assistência Social (Guiaqueto, 2010).

²¹ Nela se organiza, de forma clara e detalhada, os dois níveis de proteção social que vão estruturar a forma de prestação de serviços de Assistência Social: a proteção social básica e a proteção social especial, já previstas pela PNAS. A definição dos serviços que são próprios dessa área de política não só lhe dá identidade própria, como também orienta os prestadores de serviços públicos e privados quais são as ações próprias de cada tipo de proteção e como devem ser ofertadas.

significativos retrocessos, se considerarmos os avanços sociais contidos na Constituição da República vigente, promulgada em 1988. Tais retrocessos abalam tanto a estrutura e os conteúdos de direitos previstos e assegurados pela Lei maior, como a forma de organização e gestão de programas e projetos sociais. Ademais, as políticas sociais universais vêm perdendo terreno para políticas focalizadas, condicionais e estigmatizantes. Nesse contexto de intenso metabolismo do capital em busca de retomar suas taxas de lucro, as políticas sociais vêm sofrendo contínuo processo de desmantelamento, com pouco controle público e, sobretudo, escasso financiamento. Muitos dos recursos que deveriam ser empregados nas políticas sociais são reservados para o pagamento da dívida pública, ingressando no circuito do capital financeiro, o grande beneficiário de toda essa dinâmica.

Torna-se perceptível que mesmo após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 e a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social²², as práticas assistências continuaram em seu íntimo carregado de elementos conservadores com a forte predominância da presença do assistencialismo ainda atuando como sinônimo de Assistência Social.

Consoante a Behring e Boschetti (2008, p. 158):

Esses princípios constitucionais, genéricos, mas norteadores da estrutura da seguridade social, deveriam provocar mudanças profundas na estrutura da seguridade social, deveriam provocar mudanças profundas na saúde, previdência e assistência social, no sentido de articulá-las e formar uma rede de proteção ampliada, coerente e consistente. Tinham o objetivo de, enfim, permitir a transição de ações fragmentadas, desarticuladas e pulverizada para “um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e a assistência social” (Artigo 194 da Constituição da República Federativa do Brasil). Apesar de tais indicações, não foram essas as orientações que sustentaram a implementação das políticas que compõem a seguridade social na década de 1990.

²² Medida provisória no mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, convertida em lei, alterou a redação da LOAS, que antes a periodicidade das conferências era realizada a cada dois anos, prevendo que aquelas seriam convocadas a cada quatro anos. Com essa medida, a terceira conferência esperada para 1999 foi adiada para 2001. Medida obviamente recebida com repúdio e muitos protestos (Mendosa, 2012, p. 94).

No período de 1988 a 1990, um grande número da população se encontrava vivendo abaixo²³ da linha de pobreza absoluta, devido a crise enfrentada pelos processos implementado no país advindo da reestruturação produtiva, juntamente com a opção da política neoliberal adotada pelo Brasil. Com a aderência do sistema neoliberal, nesse período o desemprego no Brasil teve um grande crescimento, formando um exército industrial de reserva de novas dimensões, além de sofrer uma redução no alargamento da Política de Assistência Social (COGGIOLA, 2013).

Todavia, as mudanças na política de Assistência Social só retornaram a ser materializada de acordo com a regulamentação da Constituição Federal de 1988, com o governo petista (2003- 2016), que ocorreu um avanço devido um maior investimento no campo das políticas sociais e nesse contexto que os programas de transferência de renda assumem um papel de redutor da pobreza, atuando de forma não contributiva, focalizada e seletiva, para combater a desigualdade social, as mazelas do processo de globalização e a investida do capital, com ênfase no enfrentamento da pobreza.

No entanto, para que houvesse uma transformação na realidade foi necessário o Governo Federal com a colaboração de outros órgãos criar a Política Nacional de Assistência Social²⁴- (PNAS), em setembro de 2004 e em 2005 implantando no Brasil o Sistema Único de Assistência Social- (SUAS), e como consequência disso efetivando as diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, PNAS, 2010).

Em consonância com o disposto na LOAS,

Capítulo II, seção I, artigo 4º, a Política de Assistência Nacional de Assistência Social que rege-se pelos seguintes princípios democráticos:

I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

²³ Segundo o IBGE, 54,8 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza, ou seja, 1/4 da população nacional tem renda domiciliar por pessoa inferior a R\$ 406 por mês, não possuindo condições de obter todos os recursos necessários para sua sobrevivência.

²⁴ A Política Nacional de Assistência Social é uma política que se configura necessariamente na perspectiva socioterritorial e suas intervenções se dão essencialmente nas capilaridades dos territórios. Busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange á responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (BRASIL, 2005, p.16).

II – universalização dos direitos sociais, afim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vendando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.

V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004, p.32).

Dessa forma, com a implementação da PNAS, ocorreu uma territorialização da Assistência Social no Brasil, fundamentadas nos princípios e diretrizes, tornando concreta a regulamentação da LOAS, momentos em que a política pública passa a ser acessada de maneira universal e com a participação de toda a cidadania.

Assim, as leis complementares vinculadas a LOAS, trouxeram uma rigidez as determinações constitucionais, que passou a se referir a um terreno mais vasto da vida social, tanto com o objetivo de igualar o acesso as oportunidades, como o enfrentamento das violações dos direitos, dos riscos sociais e da pobreza (JACCOUD, 2009).

Com essas mudanças introduzidas no redesenho das políticas sociais e nas competências federativas, representa um novo cenário estrutural no que corresponde ao financiamento dos gastos sociais, passou a ser caracterizada por uma intensa descentralização fiscal (Raichelis, 2000).

Assim, no próximo capítulo se percebe que esses elementos inseridos no campo da Política Social possibilitaram o impulsionamento da expansão da política de Assistência Social, a partir dos anos 2000.

3.2 Anos 2000 expansão da Política de Assistência Social e trabalho do assistente social

Torna-se notória, que nos últimos anos as Políticas de Proteção Social implantadas no Brasil tiveram um grande avanço, pois ocorreu uma fase de constante crescimento econômico e social, houve um aumento no índice de

pessoas empregadas, na ampliação do valor do salário mínimo, além do crescente investimento público de renda nos programas contributivos e não contributivo.

A partir dos anos 2000, a política de Assistência Social, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)²⁵ teve um avanço decorrente do investimento no governo de Fernando Henrique²⁶, nos programas da Assistência Social, ainda que essas mudanças fossem simplificadas com o propósito de minimizar a extrema pobreza se tornaram viável e se expandiu no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que perdurou de 2003 até 2010 e repercutiu posteriormente no governo da Dilma Rousseff, houve um grande investimento na Política Nacional de Transferência de Renda, que transformou a vida de diversas famílias brasileiras que conseguiram sair do quadro de pobreza que se encontravam.

Mas, devemos lembrar que no governo de Fernando Collor de Mello em 1990, o governo brasileiro aderiu medidas que deram início a desarticulação do Estado por intermédio da legitimação de políticas de privilégio e incentivando a abrangência do mercado, introduzindo a abertura do mercado interno; elementos que trouxeram consequências resultando na falência das indústrias no país, por outro lado diante do crescente ingresso de capitais estrangeiros, contribuindo para um profundo período de recessão da economia brasileira no mercado.

Conforme declara Boschetti (2009, p. 37), as consequências desse retrocesso foram drásticas:

Desde 1993 aumenta a proporção dos empregados sem carteira assinada, destituída dos direitos trabalhistas: 13° salário, férias, seguro-desemprego, Fundos de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e benefícios previdenciários: auxílio-doença, auxílio acidente de trabalho, salário maternidade, pensão por morte, aposentadoria. O índice dos empregados

²⁵ É o instituto que pesquisa e planeja o futuro do país. Ele fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas e programas de desenvolvimento (IPEIA, 2011).

²⁶ Fernando Henrique Cardoso ao chegar no poder em 1995, foi um período em que o país se encontrava em plena transformação decorrente do processo da globalização. O número de pessoas que viviam em condições de extrema pobreza e indigência era enorme por isso, foi proposto um projeto de desenvolvimento voltado para um modelo de justiça social no qual o direito à vida com dignidade seja garantido.

sem carteira assinada passa de 21,1% em 1995 para 24,2% do total de ocupados em 2003. Somados os empregos sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, a participação desses segmentos no total da ocupação eleva-se para 45,5%, no mesmo ano, perfazendo o contingente da população economicamente ativa que se encontra na informalidade. O grupo de trabalhadores por conta própria, na sua absoluta maioria, encontra-se envolvido em atividades precárias, o que é atestado pelo não acesso aos benefícios da previdência: 81,9% não contribuem para a previdência social na média nacional.

Apesar de o projeto neoliberal ser iniciado no governo Collor de Mello e resultar em diversas consequências para o Brasil mesmo assim, foi levado adiante por Fernando Henrique Cardoso de Mello, que quando ministro criou o plano real, eleito presidente da República em 1995. Deu continuidade com o plano de governo em manter a estabilidade monetária e o combate à inflação, o governo FHC seguiu na implantação do ideário neoliberal iniciando o processo de reformas nos serviços, a exemplo da reforma da previdência social, e expandindo o processo de privatizações, favorecendo a redução do setor público e apresentando tais medidas como a alternativa mais segura e favorável à promoção da distribuição de renda e retomada do crescimento econômico (SOARES, 2000).

Entretanto, a partir dos anos 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso mesmo seguindo o regimento neoliberal, foi criado projetos e programas de transferência de renda de forma fragmentada, ainda que apenas para minimizar a extrema pobreza “obtendo um resultado simplificado” (IPEA, 2011).

Sendo que o investimento nas Políticas de Assistência no governo de FHC não era tão acentuado, pois visava inimizar as expressões da questão social manifestada pelo processo do capital na sociedade, mas tendo como foco principal o acúmulo das riquezas do capital, portanto em seu governo as políticas não tiveram muito sucesso.

Como é pautado por Boschetti (2009, p. 35);

A política Social no Brasil tem um marco determinante no Governo Cardoso e seus “cavaleiros do apocalipse”, que, ao realizarem a escolha histórica por tais caminhos, nos levaram ao “coração das trevas do neoliberalismo”, como afirma Oliveira. A política econômica desse Governo conseguiu

reduzir as taxas da inflação, mas não resultou em políticas distributivas. Assim, transitou: “da pobreza da inflação” à inflação da pobreza”, do fim da inflação da moeda” à retomada da “inflação da dívida” e dilapidou o patrimônio público nacional. A dívida e o custo de sua rolagem geram escassez de recursos para investimento e o custeio que, aliadas às elevadas taxas de juros, desviam as aplicações do setor produtivo para o mercado financeiro, penalizando o conjunto da população. O “Choque liberalizante” por ele realizado – traduzido na abertura comercial, nas privatizações, nas desregulamentações financeiras, na precarização do trabalho, na ortodoxia monetarista – não superou as fragilidades da economia brasileira, mas resultou numa perversa combinação dos resultados da política neoliberal: desemprego, recessão, desnacionalização da economia e aumento da vulnerabilidade externa.

À vista disso, nota-se que o ajuste neoliberal trouxe para o Brasil implicações sobre a Seguridade Social e conseqüentemente sobre a política de Assistência Social, tornando-a segmentada, fragilizada, fragmentada e focalizada.

Deste modo, a opção do Brasil pelo regulamento neoliberal, que enfatiza o desenvolvimento econômico e a valorização da acumulação de riqueza através da exploração e alienação da classe subalternizada e da privatização de serviços e políticas públicas, repassando responsabilidades do Estado para o setor privado como o empresarial e terceiro setor, resultando na tentativa de desmonte da seguridade social, através da perda de direitos, retrocesso das lutas dos trabalhadores, desconstruindo o significado de cidadania, implementando a reforma de Estado.

Conforme afirma Behring; Boschetti (2008, p. 262).

Nesse quadro, observou-se a implementação de mecanismo aparentemente técnico que, na prática, restringiram ou promoveram a destruição de direitos anteriormente conquistado no âmbito do regime geral da Previdência Social. Com sustentação em Prata (2000), Faleiros (2000), Cabral (2000) e Salvador & Boschetti (2002), é possível fazer um apanhado geral das artimanhas que implicaram perda ou restrição de direitos, concretizando a lógica fiscal e privatista, ora embutida, ora explícita, na concepção de Previdência Social aprovada, que contrariou flagrantemente o preceito constitucional. Concordo com Faleiros, portanto, quando afirma que tais mudanças “não são, pois, meros arranjos conjunturais para um equilíbrio de caixa, como apregoa o governo, mas um processo de refundação das relações de acumulação e das

relações de classe” (2000:102). Um novo “pacto” desfavorável para os trabalhadores, vale observar.

Assim sendo, a hegemonia neoliberal não foi capaz de resolver a crise, o controle da inflação se transformou em dívida pública e a distribuição de renda, resultante da estabilidade monetária do país, não passou de mera ilusão, desencadeando o aumento da desigualdade e exclusão social. E conseqüentemente, temos a entrega de parte considerável do patrimônio público ao capital estrangeiro, produto decorrente das privatizações e do crescimento da dívida pública externa brasileira.

No entanto, a estagnação econômica da década de 1990, vinculada às políticas de flexibilização das relações trabalhistas resultaram no agravamento do desemprego, na ampliação do mercado de trabalho informal e no aprofundamento da precarização das relações de trabalho, sendo estas manifestações expressas do fracasso do governo neoliberal de FHC, transferindo essa pendência ao governo que o sucede.

No governo de Lula e Dilma ambos petista buscavam o crescimento econômico do país, visando beneficiar toda população, diferente do modelo neoliberal adotado em 1990, pelos governos de Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique que seguiam a ideologia neoliberal, com as privatizações, a flexibilização do trabalho, a negação dos direitos trabalhistas, reforma da previdência social, retrocedendo no campo das políticas sociais, com as tentativas de desarticulação da Política de Assistência transformando-a em clientelista, assistencialista, fragmentada, tornando os programas ineficientes, seletiva, focalizada no pobre dos mais pobres, aumentando a taxa de desemprego e a desigualdade social. Tornando-a frágil e sem investimento priorizando o privado, a classe burguesa e o acúmulo do capital (EMIR SADER, 2013).

Como afirma Oliveira:

(...) que polariza a sociedade brasileira entre carência e privilégio, tem origem, segundo a autora, não só na concentração de renda, mas também na forma contemporânea do capitalismo e da política liberal. Ela opera “com o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado, com o desemprego estrutural e a exclusão sociopolítica”. A desigualdade na distribuição de renda “não é percebida como forma dissimulada de apartheid social ou como

socialmente inaceitável, mas é considerada natural e normal” (OLIVEIRA apud BEHRING, 2009, p.123).

Portanto, diante dessa desigualdade social e do quadro de desmonte que o Brasil atravessava conseqüentemente devido a aderência da política neoliberal, assim que o PT assumiu o poder buscou o redimensionamento na ampliação das políticas públicas assistencial.

Como salienta Mattoso (2013, p. 115):

Um conjunto de programas e ações do Estado, tais como os de garantia de renda (seguridade social e Bolsa Família, por exemplo), de garantia de bens e serviços (saúde, água, luz, entre outros) e de regulamentação (como o salário mínimo), mesmo que demandando melhor articulação, conformou uma maior mobilização de recursos fiscais e ‘uma nova política social, capazes de enfrentar a pobreza e a desigualdade endêmicas’ e favorecer a ampla recuperação do mercado interno.

Na gestão do governo Luís Inácio em 2003, divulgava bastante o combate da pobreza e da fome, logo foram criados programas municipais, estaduais e federais que se espalharam pelo Brasil, voltados aos cidadãos de família pobre, o reconhecimento da pobreza estava entrando na agenda governamental como risco social, para tentar deter as graves conseqüências advindas dos anteriores governos neoliberais, então adotou medidas de favorecimento da regulação pública do trabalho e da valorização do salário mínimo que combinadas às políticas públicas de transferência de renda, possibilitaram a retomada do crescimento econômico e a reestruturação do mercado de trabalho.

Conforme declara Mantovani (2017), em publicação ao Blog Brasil 247²⁷, que nesse período houve uma grande inserção de trabalhadores no mercado de trabalho:

(...) Nos 13 anos do governo de esquerda no Brasil foram criados quase 20 milhões de empregos formais e houve redução significativa no número de trabalhadores ocupados sem carteira ou no setor informal, sem que fosse necessário retirar direitos dos trabalhadores (...).

²⁷ Disponível em <https://www.brasil247.com/pt/colunistas/geral/307014/Para-entender-o-retrocesso.htm>. Acesso em 17 de novembro de 2018.

Os presidentes petistas que sucederam os liberais possuíam uma agenda direcionada aos cidadãos brasileiros e por vezes aos empresários e banqueiros. Mas, seu compromisso também estava voltado para os problemas sociais, como educação, saúde e assistência social que tiveram avanços significante durante esse período, desse modo fez com que essa agenda tivesse força e relevância em seu governo, transformando-a em agenda decisória. Portanto é nesse governo que podemos notar o reposicionamento das políticas públicas.

De acordo com Mattoso:

Um conjunto de programas e ações do Estado, tais como os de garantia de renda (seguridade social e Bolsa Família, por exemplo), de garantia de bens e serviços (saúde, água e luz, entre outros) e de regulamentação (como o salário mínimo), mesmo que demandando melhor articulação, conformou uma maior mobilização de recursos fiscais e uma nova política social, capazes de enfrentar a pobreza e a desigualdade endêmicas e favorecer a ampla recuperação do mercado interno (MATTOSO, 2013, p.115).

Podemos analisar que o governo Lula se centralizava mais nas famílias, na inclusão social, no combate das desigualdades sociais, com a ampliação do número de famílias beneficiadas, muitas conseguiram ascender da situação de extrema pobreza, através da transferência de renda para reduzir a pobreza.

É nesse período que as políticas sociais se posicionam em um novo direcionamento, ganhando resistência para o enfrentamento da questão social, momento oportuno que o fluxo político se torna propício as reformas de implementação que deram continuidade ao remodelamento, processo de mudanças na Constituição Federal, desse modo a agenda do presidente se efetivava através da regulamentação da Assistência Social, a criação de aparato administrativo e institucional para o oferecimento de serviços socioassistenciais e a transferência de renda. Então em 2005, estava sendo implantado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e instituído em 2011 pela Lei 12.435, no ano de 2004 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a PNAS que se tornou um novo marco regulatório para a Assistência Social, desviando o alvo dos mais pobres e ampliando para todos aqueles que vivem em situação de risco social (DRAIBE, 2003).

No governo Luís Inácio Lula, a Política de Assistência Social ganha expansão encontrando as condições favoráveis político-institucional para o seu desenvolvimento, proporcionando a produção de alterações significativas que a redefiniu, efetivando sua implantação na concepção de um sistema único, descentralizado e participativo, como previsto no primeiro ciclo de reformas, quando se assegurou a Assistência Social como direito de cidadania pela Constituição Federal.

Com a regulamentação da Previdência Social na Constituição de 1988 e em seguida a criação da LOAS, a primeira Política Pública Social constituída como produto de luta dos trabalhadores, movimentos sociais e inclusive dos Assistentes Sociais. Destarte, se alargava mais um campo de atuação para aqueles que lidam com a produção e reprodução das mazelas sociais, portanto esse campo, espaço de luta social, na década de 2000, a esfera estatal se tornou o maior empregador dos Assistentes Sociais e a demanda nesse campo aumentou por esses profissionais.

Sendo assim,

A Assistência Social, como um conjunto de ações estatais e privadas para atender as necessidades sociais, no Brasil, também apresentou nas duas últimas décadas uma trajetória de avanços que a transportou, da concepção de favor, da pulverização e dispersão, ao estatuto de Política Pública e da ação focal e pontual à dimensão da universalização. A Constituição Federal de 1988 situou-a no âmbito da Seguridade Social e abriu caminho para os avanços que se seguiram. A Assistência Social, desde os primórdios do Serviço Social, tem sido um importante campo de trabalho de muitos/as assistentes sociais (CFESS, 2011, p.11).

Com o passar dos últimos anos o campo do Serviço Social vem se expandindo, pois essa profissão atua na realidade da camada social, tendo como objeto de estudo e intervenção as expressões da questão social que se manifesta no centro da sociedade. Esse fator justifica o exercício do Assistente Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista a gestão e execução das políticas sociais, a elaboração de proposta de trabalho e execução de ações voltadas às necessidades da cidadania.

O SUAS é um sistema público de caráter descentralizado não contributivo e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico

da Assistência Social no campo da proteção social. Portanto, desde 2005 a Assistência Social por meio do SUAS vem contribuindo com a melhoria das condições sociais da vida da população, de forma que milhares de brasileiros saíram das condições de extrema pobreza devido o novo desenho e o significativo investimento econômico desses últimos anos na política de Assistência Social (PNAS, 2005).

Neste ponto de vista, o SUAS é considerado um avanço na gestão da Política de Assistência Social, deste modo como um sistema centralizado em diretrizes, princípios gerais, definindo funções e atribuições para cada ente federativo, perfazendo dessa forma uma rede socioassistencial que implica na participação de entidades e organizações de assistência social, instituídas a partir das demandas advindas das expressões da questão social apresentadas pela população (NOB/SUAS, 2005, p. 86).

Conforme salienta Raichelis (2010, p. 751):

Ainda que a política de assistência social seja um campo de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, ela se constitui historicamente como uma das principais mediações do exercício profissional dos assistentes sociais, sendo reconhecidos socialmente (e se auto reconhecendo) como os profissionais de referência desta política, apesar das ambiguidades que cercam essa relação de longa data.

Á vista disso, o SUAS se constituiu em um novo espaço sócio-ocupacional do assistente social que se estendendo de maneira significativa o seu mercado de trabalho e aumentando suas possibilidades de intervenção profissional nesses novos espaços ocupacionais, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que oferece serviços de Proteção Básica de Assistência Social objetivando a prevenção de situações de risco e tendo em vista o fortalecimento dos vínculos das famílias juntamente a comunidade. E também os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que prestam serviços de Proteção Social Especial com a finalidade de promover atendimento assistencial às famílias e pessoas que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos, entre outras situações (PNAS, 2005).

Portanto, o CRAS e CREAS são unidades que representam a porta de entrada dos usuários no sistema e na garantia do direito do acesso e da oferta

de provisões, além de desenvolver novas práticas e competências para a gestão pública nos âmbitos da assessoria, planejamento, avaliação, monitoramento, dentre outros. A expansão da implantação desses espaços passou a se expandir territorialmente a partir de 2004 (IBGE, 2010).

De acordo com a colocação de Raichelis:

A implantação do Suas e sua rápida expansão por todo o território nacional vem ampliando consideravelmente o mercado de trabalho para os assistentes sociais e demais profissionais atuantes nessa área. Ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofundam a precarização das condições em que este trabalho se realiza, considerando o estatuto de trabalhador assalariado, subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto (RAICHELIS, 2010, p.751).

Evidencia que mesmo com o cenário marcado por um grande avanço da ampliação do mercado de trabalho, ainda assim toda a classe trabalhadora sofreu com a intensiva exploração da força de trabalho, pelas diversas formas de contratação e regulamentação do trabalho, inclusive a categoria dos assistentes sociais que exerce função na Política de Assistência Social foram atingidos, o seu cotidiano profissional foi afetado pela precarização.

Por conseguinte, esse campo passou a ser marcado pelas intensivas subcontratações pelas instituições prestadoras de serviços, cooperativas de trabalhadores, na prestação de serviços ao governo e as organizações não governamentais, ocasionando a intensificação da exploração do trabalho, na instabilidade no trabalho, no baixo salário, na falta de investimento na política e na qualificação e da capacitação profissional dos assistentes sociais.

Segundo Montâno (1996, p.109), a precarização dos trabalhadores seria uma estratégia do capital para a exploração e dominação do trabalho, sob a incorporação de novas formas, assim:

deveriam ser criado postos e trabalho com baixos salários-base incrementados pelas compensações, prêmios, comissões, com isenção ou renúncia de benefícios trabalhistas, com precaridade com relação a permanência no cargo, ou seja, que reflitam relações contratuais flexíveis, de tal modo que implique redução dos custos de produção da força de trabalho ao

capitalista e maleabilidade da quantidade de trabalho pago em função das variações da demanda de mercado.

Mas, diante desses empecilhos encontrados pelos trabalhadores frente às empresas os Assistentes Sociais não devem se limitar do seu compromisso com a classe trabalhadora e de suas responsabilidades e capacidade profissional, que independente da área de atuação devendo ser conduzidos pelos direitos e deveres determinados no Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação do Exercício profissional de Assistentes Social nº 8.662/93, para serem seguidas, postas em práticas e respeitadas tanto pelos assistentes sociais como pelas empresas que contratam esses trabalhadores.

No entanto (CFESS, 2011), publicou uma cartilha denominada “Parametros para atuação dos assistentes sociais na Política de Assistência Social” reafirmando a defesa de uma intervenção profissional crítica fundamentada por meio dos determinantes sócioeconômicos, e culturais das desigualdades sociais se afastando do uso da abordagem conservadora que tem como tradição o reconhecimento e interpretação das situações sociais que devem ser resolvidas individualmente.

Nesse sentido, torna necessário para o assistente social que atua na Política de Assistência Social, realizar uma análise crítica da realidade social para que através do diagnóstico possa ocorrer a execução da intervenção profissional, mas para isso o assistente social deverá estar embasado das seguintes competências: apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (CFESS, 2011, p. 18-19).

Considerando essas competências profissionais como princípios a serem seguidos fundamentalmente para a realização da análise crítica da realidade e da estruturação do trabalho desde a elaboração de suas ações e a

técnica necessária ao enfrentamento da situação que ocorrem no contexto diário dos assistentes sociais que atuam no âmbito da política da Assistência Social.

Tendo em vista, a ampliação do acesso dos direitos sociais, as competências específicas dos assistentes sociais que reúnem as dimensões interventivas, complementares e indissociáveis que se concretiza por meio do uso de instrumentais adequados para cada situação social que se manifesta no cotidiano do exercício profissional do assistente social. Tais dimensões como:

1. uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos (...); 2. uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal; 3. uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social (...); 4. uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa (...); 5. uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da política de Assistência Social; 6. Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas (...) (CFESS, 2011, p. 19-20).

A materialização dessas dimensões requer do assistente social um posicionamento crítico, juntamente com a capacidade da leitura e interpretação da realidade social para possibilitar a elaboração de propostas na intervenção e da estimulação a participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito e na organização do trabalho desse profissional para a criação de estratégias no enfrentamento da questão social e na efetivação do acesso aos direitos sociais para a cidadania.

Entretanto, estamos vivenciando um contexto social pautado pela presença do trabalho contratado, regimentado pela profunda intensificação da exploração do trabalho.

Raichelis (2010), destaca que a dinâmica da precarização tem atingido o trabalho do assistente social atuante na Política de Assistência Social esse campo tem sido marcado pelo excessivo aumento das subcontratações por parte das empresas de serviços, assessoria, cooperativas de trabalhadores e na prestação de serviços ao governo e organizações não governamentais. Resultando como consequências desses fatores na insegurança do emprego, na intensificação da jornada de trabalho, na ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional entre outros procedimentos que refletem no trabalho efetuado pelo assistente social provocando descontinuidade na realização dos serviços prestados a população.

Todavia, a ofensiva do capital com suas tecnologias e com novas formas tecnológicas de se reinventar, transformando tudo em mercadorias para exploração só que desta vez de maneira intelectual, o Serviço Social por ser uma profissão atuante na divisão social e técnica do trabalho, a demanda desse profissional cresce no mercado de trabalho, doravante a oferta do curso de Serviço Social passa a ser estendida de todas as modalidades.

Como é apontado por lamamoto (2008, p.441):

A pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às demandas 'flexíveis do mercado' estimulam o reforço a mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às 'normas do mercado', parte da estratégia do grande capital na contenção das contradições sociais e condensadas na questão social. Os desdobramentos envolvem um processo de despolitização da categoria, decorrentes, ainda, isolamento do processo de ensino envolvido no EaD e falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária. Mas a questão central não é exclusivamente a modalidade de ensino à distância, que pode se mostrar uma técnica eficaz em diferentes situações se tratada com qualidade acadêmica e direção intelectual e política.

Desta maneira, torna-se nítido que em consequência da expansão do curso de graduação de Serviço Social houve uma ampliação da oferta do curso, com a precarização da educação os cursos passaram a ser ofertados por instituições universitária privadas oferecendo cursos a distância, com o pretexto de alcançar o discente trabalhador com preços acessivo, para que este possa ingressar no mercado de trabalho com mais qualidade.

Conforme afirma Lima (2008), com a contrarreforma da educação superior, os cursos passaram a ser oferecidos de forma precarizada:

(...) efetivação desse projeto de formação profissional construído coletivamente, pautado em princípios norteadores como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a não fragmentação do curso; um rigoroso trato teórico, metodológico e histórico da realidade social; a adoção de uma teoria social que possibilite a apreensão da totalidade da vida social, em um contexto de contrarreforma da educação superior que, por meio de várias ações, entre essas a política de ampliação e privatização da educação via cursos à distância, operacionaliza a quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a contratação de tutores ou “assistente de sala” em vez de professores titulados; e a “ausência de parâmetros para a realização do estágio profissional supervisionado como atividade presencial e acompanhamento direto de supervisor acadêmico e de campo (LIMA, 2008, p. 30).

Sendo assim, ocorreu um aumento crescente na formação profissional superior e de alunos ingressantes no curso de Serviço Social nos anos 2000, alunos que se formam e logo entram no mercado de trabalho, além de uma demanda de mais assistentes sociais para preencherem novas funções nas universidades como professores, tutores, supervisores de estágio, coordenadores de cursos e outros. Desse jeito, se expande o mercado e muitos são os trabalhadores que são inseridos de forma precarizada (GUIMARÃES, 2010).

Essas mudanças se iniciaram durante o governo de Fernando Henrique Cardos (1995-2002) foi adotada a política de ensino superior, mas em decorrência da conjuntura social do ano 2000, houve um avanço do ensino superior e em 2003, o presidente Lula mostrou no seu governo à importância da ampliação dessa área, dando prioridade a educação superior, a vista disso torna-se claro no decorrer dos anos que sucedeu o governo petista, diversas mudanças se materializaram de forma clara através de projetos de leis, medidas provisórias, leis e decretos. Entretanto, podemos analisar que a educação superior ganha destaque a partir de 24 de abril de 2007, ao ser inaugurado no programa de apoio e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, REUNI, pelo decreto presencial nº 6.096 esse período foi marcado por diversas contra reformas na educação (LIMA, 2008).

Assim, para (Yazbek, 2005), o reconhecimento do Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho se encontra ligada à criação das grandes instituições assistências da década de 1940, no momento que o Estado se viu coagido a desenvolver ações sociais e a intervir nos processos de reprodução das relações sociais, possibilitando o processo de acumulação capitalista, além do atendimento das necessidades da população.

Então é a partir dos anos 2000, que passa a ser ofertado à educação superior aos trabalhadores, pois antes era apenas o ensino médio como básico profissionalizante, a partir daí o número de cursos de serviço social oferecidos por meio de definição de novos parâmetros, estruturas curriculares do acesso a o nível superior.

Que se expandiram dando acesso prioritário ao trabalhador, incluindo essa população na educação superior é nesse segundo período do governo, que o presidente Lula expande o acesso da inclusão do trabalhador no ensino superior, esse aumento se deve do surgimento tanto das universidades públicas, como das universidades privadas, presencial e a distância. Essa modalidade tem propiciado a um grande fluxo de alunos ingressarem nos cursos superiores e quando formados se introduzirem no mercado de trabalho (Neves; Pronko, 2008).

Nos últimos anos a expansão do ensino superior oferecida pelo Brasil vem sendo conduzidas por medidas neoliberais de contrarreforma do Estado incentivada pelos organismos financeiros, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), transformando a educação em mercadorias, direitos conquistados anteriormente. Porém, desde 1990 a Universidade brasileira vem sofrendo uma profunda crise causada pelas modificações na configuração da luta de classes e da política neoliberal adotada pelo país, que requisitava a privatização de setores estratégicos.

Para Lima (2013), como se encontra em destaque a educação brasileira:

[...] a expansão da educação superior passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de capacitação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguês sob a imagem de uma “política inclusiva” (LIMA, 2013, p. 06).

A partir então, houve um processo de sucateamento das Universidades Federais, devido a expansão do ensino superior sem investimento e o orçamento financeiros passando a ser investidos nas Instituições privadas através do ProUni criado em 2004, pela lógica neoliberal se destaca, por meio da Medida Provisória n.º 213, institucionalizando-se sob a Lei 11.096. Isso possibilitou que estudantes de baixa renda e oriundos da educação pública pudessem estudar em Instituição de Ensino Superior Privado, além de decretar por regulamento o Ensino à Distância²⁸ (EAD) no Brasil, com isso tornando a educação um dos setores mais lucrativos do mercado e assumindo uma péssima qualidade de formação.

Desse modo, percebe-se que com a privatização da educação e o sucateamento das Universidades Públicas, ocorreu o estímulo da abertura das Instituições de Ensino Superior privado, privilegiando o capital e a expansão da modalidade à distância (EAD), com isso ocorreu uma baixa qualidade nesse universo, pois estas instituições no processo de formação profissional não oferecem pesquisa e extensão e fugindo dos parâmetros e diretrizes curriculares que norteiam a profissão, causando uma inaptidão na formação profissional universitária em Serviço Social e fugindo dos parâmetros e diretrizes curricular que norteiam a profissão (BEHRING, 2008).

É importante afirmar que desde o período do governo petista, principalmente sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva, houve profundas mudanças na área da educação superior, ocasionando impactos na formação profissional de assistentes sociais, inclusive no campo da política de Assistência Social, porém verifica-se que decorrente ao processo de formação oferecida pelas Instituições de Ensino a Distância (EAD), tem se tornado uma afronta ao projeto ético político que se encontra em constante construção, pois abrem brechas ao conservadorismo.

²⁸ A qualidade dessa modalidade é bastante questionada, diante da ausência da efetiva relação pedagógica e de participação na vida acadêmica, da ausência do fundamental tripé ensino-pesquisa-extensão e da inserção em movimentos sociais. Portanto o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) produziu dois importantes materiais que tomam nota de inúmeras irregularidades no Ensino à Distância. São duas cartilhas intituladas "Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social", volumes 01 e 02. Ambas disponíveis em: www.cfess.org.br.

3.3 Projeto Ético-Político em tempos de barbárie

O Serviço Social é uma profissão que trabalha na divisão sócio-técnicado trabalho dispendo de uma natureza sociopolítica, interventiva e crítica que faz o uso de instrumento científico interdisciplinar das ciências humanas e sociais para o diagnóstico e intervenção das diversas expressões da questão social através do desenvolvimento do exercício profissional.

O projeto ético político do Serviço Social é uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos, propondo a construção de uma nova ordem societária, buscando a eliminação da desigualdade social, exploração ou dominação de classe, etnia, gênero que provém do capital.

O projeto ético político se configurou no final da década de 1970, para o início de 1980, através do III Congresso Brasileiro de Assistência Social (CBAS), pautado na teoria crítica Marxista, realizado na cidade de São Paulo, em 1979, que passou a ser conhecido como “Congresso da Virada”, momentos que o país estava atravessando por um processo de redemocratização da sociedade e se consolidando na década de 1990, o que proporcionou o abandono do conservadorismo, se tornou um marco histórico para o Serviço Social. Segundo Barroco:

Nos anos 60/70, essa parcela minoritária de profissionais opta pela participação política e cívica; amplia sua consciência social e recusa ideologicamente a ordem burguesa. Sob a influência do movimento de reconceituação e da militância cívico- política, se aproxima do marxismo e inicia experiências práticas voltadas ao compromisso com as classes populares (BARROCO, 2008, p.141).

É imprescindível salientar que neste momento o Serviço Social rompe com o conservadorismo e toma uma posição ética-política, teórico metodológico e técnica- instrumental em que o seu projeto não estará unicamente voltado a categoria profissional, mas também mantém uma dimensão ampla macro societária e se posiciona contra a ordem do capital. Ele traz no seu íntimo os princípios profissionais dos Assistentes Sociais, além de propor estratégias para a contribuição da construção de um novo sistema social. Como é colocado:

Ele é resultado de um longo e coletivo processo construído nas últimas três décadas e capitaneado pelas entidades nacionais da categoria, e tem seus valores e pilares definidos no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes aprovadas pela ABEPSS em 1996, que vem orientando a atuação do Serviço Social tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional (BERHING; BOSCHETTI, 2008, p.194).

O projeto ético político é composto por elementos importantes como o Código de Ética de 1993, as Diretrizes Curriculares e a Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), órgão de fiscalização do exercício profissional que orienta, normatiza, defende o exercício profissional e fiscaliza juntamente com Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). São esses documentos que pautados na perspectiva crítica do serviço social dão possibilidades para a construção de um novo modelo de sociedade.

De acordo com Netto:

É no trânsito dos anos oitenta aos noventa do século XX que o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura básica – e, qualificando-a como básica, queremos assinalar o seu caráter aberto: mantendo seus eixos fundamentais, ela é suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios. Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento. Um exemplo do seu caráter aberto, com a manutenção dos seus eixos fundamentais, pode ser encontrado nas discussões acerca da formação profissional, produzidas com as modificações advindas da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996): as orientações propostas por representantes do corpo profissional (cf. ABESS, 1997 e 1998) ratificam a direção da formação nos termos do projeto ético-político (NETTO, 1999, p.15).

Portanto, não existem dúvidas que o projeto ético-político do Serviço Social estar vinculado a um projeto que busca a transformação da sociedade, pois é uma obrigação estabelecida pela própria dimensão política da intervenção da profissão que a caracteriza, desde o momento que assume um compromisso com a classe subalterna, daí passa a assumir uma direção profissional interligado a um projeto societário.

É destacado por Behring; Boschetti (2008, p.195), o compromisso que este projeto possui com a população:

Ao adotar a liberdade como valor central, nosso projeto assume, o “compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ ou exploração de classe, etnia, ou orientação sexual”(CFESS,1993). Claro está, portanto, que reafirma direitos e políticas sociais no âmbito do capitalismo e lutar por eles, tendo como projeto de uma sociedade justa e igualitária, não significa contentar-se com os direitos nos marcos do capitalismo. Essa é uma estratégia para o estabelecimento de condições objetivas de construção de outra forma de sociabilidade. Quando temos clareza de seus limites, bem como de sua natureza contraditória, vemos a política social como ela é: pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos dos trabalhadores, quanto ser funcional a acumulação do capital e á manutenção do status vigente.

Neste caso, entende-se que o projeto ético político prioriza uma nova ordem societária, composta de justiça, igualdade e o capitalismo uma vez que sua produção é realizada através da exploração do trabalho que resulta na desigualdade social, diante disso torna impossível pensar em uma mudança igualitária social mantendo o atual sistema.

Diante disso é colocado que,

Qualificar e precisar a concepção de direitos, cidadania e política social pressupõe discutir os limites e as possibilidades dos direitos no capitalismo, e a particularidade brasileira: um país historicamente heterônomo, subordinado econômica e politicamente aos ditames do capitalismo mundial e das políticas de ajuste determinadas pelas agências internacionais. É preciso entender que os direitos no capitalismo são capazes de reduzir desigualdades, mas não são e não foram até aqui capazes de acabar com a estrutura de classe e, portanto, com o motor da produção e reprodução das desigualdades, já que a existência e persistência da pobreza e das desigualdades sociais são determinadas pela estrutura capitalista de apropriação privada dos meios de produção e das riquezas socialmente produzida dos meios de produção e das riquezas socialmente produzida (MARX,1987) e não apenas pela não distribuição equânime de seus produtos (BOSCHETTI, 2008, p.194)

Haja vista, mesmo diante desses limites que o Serviço Social enfrenta não retrocede da luta pela seguridade e pelo reconhecimento dos direitos sociais, porque o corpo profissional compreende que só é possível a construção de um novo modelo de sociedade mais justa que possa enfrentar as expressões da questão social em um sistema que não seja capitalista.

Desde a reorganização do capitalismo no modo e meios de produção seguidos de sua reinvenção de produzir riquezas, gerando mudanças tecnológicas e inovação técnicas que transformou o sistema de produção, criando um novo modelo de medidas de expansão do crescimento do acumulo do capital. Logo, ocorreram mudanças política-institucionais nos Estados nacionais e provocando o enfraquecimento da classe trabalhadora com a precarização do trabalho, violação de direitos trabalhista, alto índice de desemprego, baixo salário, esses tem sido os respectivos elementos que compôs o cenário brasileiro: reestruturação produtiva, financerização e a ideologia neoliberal era uma resposta do capital a crise como estratégia do capital a crise para a superação e estabilidade da economia (NETTO; BRAZ, 2007).

Sobre essa afirmação, Antunes aponta que,

(...) como resposta a crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho
E a desmontagem do setor produtivo estatal (...) a isso se seguiu também o intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com visitas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2009, p.33).

Por conseguinte, a ofensa do capital a classe trabalhadora como visa obter lucro, tem o costume de mercantilizar todas as coisas, como foi salientado anteriormente, também privatizou a educação superior gerando uma desqualificação na formação de Serviço Social, devido a abertura de diversas instituições superior, privada, a distância de baixo investimento na qualificação da formação do aluno, se desviando das diretrizes curriculares gerais da ABEPS, direcionadora do exercício profissional, negando o compromisso com a classe trabalhadora, sem posição ética-política, teórico-metodológico,

técnico-operativo, com o objetivo de se adequar a exigência do mercado a ordem neoliberal que possui um projeto de ordem burguesa, se constituindo uma ameaça na construção da condução do projeto ético político.

De acordo com Barroco:

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. [...] Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas (BARROCO, 2011, p. 212-213).

À vista disso, (Mota, 2003) em concordância com (Barroco, 2011) declara que a formação em Serviço Social, vem sofrendo um rebaixamento concernente ao Ensino à Distância, por vim se expandindo em uma máxima velocidade atualmente se tornando responsável pela formação de um amplo número de profissionais sem uma qualificação adequada, passando a representar uma contradição ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e à cultura intelectual crítica profissional e ao mesmo tempo que conduz a reatualização do conservadorismo burguês que decorrem da fragilidade da formação da consciência crítica do profissional, provocando sinceras consequências a Política de Assistência Social.

Consequentemente podemos notar que o processo de desqualificação da formação do ensino superior, tem depreciado a formação em Serviço Social e ameaça o projeto que se encontra em constante construção nas Diretrizes Curriculares e rebaixando a qualidade da formação em um tempo que se exige cada vez mais domínio da teoria crítica para buscar a compreensão do desenvolvimento da elaboração de estratégias para intervenção no campo profissional.

Contrariamente ao ensino superior que tem sido disponibilizado no Brasil, o projeto de formação profissional mostra os requisitos necessários para a formação do perfil profissional do assistente social conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e de acordo com o Projeto Ético-Político do Serviço Social exige um rigoroso processo de aperfeiçoamento teórico, metodológico,

histórico em que proporcionará a compreensão crítica da realidade social que o cerca, além das políticas sociais e de seus usuários.

Consequentemente é pautado por Yamamoto (2009, p. 182), o perigo de retornar ao conservadorismo:

Este processo de privatização das políticas públicas vem adquirindo uma nítida ofensiva no campo da assistência social, com a inserção de grandes empresas oligopolistas na esfera da “filantropia social”. Aliado a isso, presencia-se o interesse em se qualificar administradores de empresas para a gestão de recursos públicos e privados no campo da “filantropia do capital”, por meio de cursos de especialização mantidos por escolas de ponta, no país e no exterior. O mergulho em uma linguagem passadista aponta, entretanto, o renascimento da filantropia sob novas bases, assumida pelo capital por meio de sua máscara humanitária, acompanhada de fortes apelos à solidariedade social. Renascimento da filantropia sob novas bases, porque não mais românticas, uma vez que não nega, mas ao contrário reafirma, o sentido histórico do capital de desenvolver as forças produtivas, as necessidades e capacidades de trabalho dos homens, tendo em vista a produção do trabalho excedente. Encobre, entretanto, o outro lado” indissociável desse desenvolvimento, na sua forma capitalista: o crescimento ampliado da pauperização, da barbárie social.

Nesse sentido, se torna claro que a escolha da política neoliberal adotada pelo Brasil, a partir dos anos 1990, seus vestígios trouxeram devastosas consequências tanto para os usuários dos serviços, quanto sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, como afetaram a todos os trabalhadores. Essas transformações capitalistas só foram perceptíveis em decorrência dos impactos estratégicos do capital abalando as estruturas da classe trabalhadora, mas foi nesta época que o projeto ético político se consolidou.

Assim é apontado,

Como consequência da concepção de estado mínimo e de política pública restritivas de direitos, deu-se a precarização do trabalho e a falta de renovação de quadros técnicos, criando enorme defasagem de profissionais qualificados; com um enorme contingente de pessoal nas condições de prestadores de serviço, sem estabilidade de emprego, sem direitos trabalhistas e sem possibilidade de continuidade das atividades. Essa é uma realidade geral, encontrada desde o nível nacional, estadual e municipal (BRASIL, 2005, p.14).

Assim, sobre a lógica da mercantilização capitalista que tem o costume de converter tudo numa relação de compra e venda principalmente a utilização da força de trabalho fetichizando, alienando e por consequência, tornando indiferente ao próprio trabalhador. E intensificando o processo no mundo contemporâneo em virtude da precarização que assola no mundo do trabalho, se apresentando sob a forma de novas modalidades mais desregulamentadas e desprotegidas retirando do trabalhador a garantia da proteção social.

Desta forma, compreendemos que a Assistência Social desde o seu surgimento tem desafiado os profissionais que atuam nessa área, mas mesmo em meio a tantos desafios, diversos avanços já foram conquistados dentro dessa política, pois a consolidação do direito do usuário se dará através do compromisso, da direção política dos sujeitos competentes que constitui essa política de assistência.

Para tanto, ao profissional componente da Política de Assistência Social ser incluído na equipe de trabalhadores, este deve contribuir para a criação de ações coletivas para o enfrentamento das situações postas, além de objetivar a reafirmação da luta por o fim da desigualdade social e o recomeço de um novo horizonte social. Pois, é através da formação dos assistentes sociais e a experiência profissional que conseguem desenvolver uma função estratégica na análise crítica da realidade, promovendo o debate sobre o reconhecimento e defesa do exercício dos assistentes social.

Diante disso,

A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo (a) profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos (as) trabalhadores (as), de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários á garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2011, p.18).

Evidencia-se mesmo que o profissional assistente social sendo competente, mantendo um compromisso com a classe trabalhadora e criando estratégias de combate a desigualdade social, porém contemporaneamente

torna nítida a barbárie contra o projeto ético político do Serviço Social. Que tiveram continuidade no governo ilegítimo²⁹ de Michel Miguel Elias Temer Lulia, ao colocar em prática um conjunto de reformas prescritas pelo receituário neoliberal, reduzindo o papel do Estado através da tentativa do severo desmonte de sistemas públicos, na gradual inviabilização e destruição dos direitos sociais.

Dessarte, o sistema de proteção social brasileiro sofre os impactos que ocorreram nos cortes do governo federal, o atraso da transferência dos recursos estabelecido, desencadeou a precarização dos serviços na Assistência Social e no trabalho do assistente social refletindo na vida dos beneficiários.

Segundo a ex-ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello³⁰:

(...) Estamos tendo um corte muito grave no conjunto das políticas, em educação, saúde, assistência social e no Bolsa Família. Todas as políticas tiveram cortes profundos de recursos num momento em que essas políticas são mais necessárias, na medida em que o país está numa crise tão grave, o desemprego sendo o maior da história do IBGE, com 14 milhões de desempregados. O aumento da pobreza no país salta aos olhos. Já há denúncias mostrando que a situação de fome voltou. Provavelmente o Brasil vai voltar ao mapa da fome.

Compreendemos que a política de Assistência Social assume um papel muito importante na sociedade, no campo da garantia de direito para o combate da desigualdade social, mas devido os enfrentamentos da falta de investimento necessário, ela vem sofrendo uma redução que compromete a dispensação dos serviços a população usuária e também a visão que segue em construção do projeto ético-político do Serviços Social.

²⁹ A expressão “governo ilegítimo” adotada neste trabalho ao referir-se ao governo do então presidente Michel Temer. A ilegitimidade política do governo Temer tem a sua expressão máxima no dia 31 de agosto de 2016, através do “impeachment” da presidenta Dilma Rousseff (leia-se, um golpe de Estado estrategicamente elaborado). Após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer, numa expressão nítida de violação à democracia e soberania popular, assumiu a presidência da República e, usurpando o mandato que os brasileiros não lhe conferiram, burla a vontade popular e segue avançando com o seu projeto político neoliberal, expresso sinteticamente no documento “Uma Ponte para o Futuro”, disponível no site: http://pmdb.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/RELEASETEMER_A4-28.10.15-Online.pdf.

³⁰ Disponível em <https://www.brasil247.com/pt/247/economia/305674/Empres%C3%A1rios-cavaram-suapr%C3%B3pria-bancarrotadiz-Tereza-Campello.htm>. Acesso em 05 de janeiro de 2019.

Considerando as necessidades sociais e o significativo avanço apresentado pelas políticas públicas implantadas, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) através de benefícios e serviços prestados atingem mais de 20 milhões de usuários que se encontram em situação de vulnerabilidade social, contribuindo com o combate a fome, a diminuição da pobreza e da desigualdade social³¹ no país.

Entretanto o presidente Michel Temer em 2016, desconsiderando as necessidades sociais e o avanço alcançado das políticas executadas anterior ao seu governo, apresentou a Proposta da Emenda na Constituição nº55 que visivelmente se constitui em um cruel ataque contra o SUAS, por intermédio de golpes de desmonte e dissolução das políticas sociais através da PEC 55/2016.

Então no dia 13 de dezembro de 2016, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016 do Teto dos Gastos Públicos, foi aprovada pelo Senado e instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União. Esse ajuste fiscal de longo prazo delimitou um teto para as despesas primárias³², estabelecendo uma redução bastante significativa de recursos referente à Assistência Social durante um prazo de 20 anos.

Sendo assim, o repasse do financiamento da Assistência Social funciona entre a parceria do município com o federal, sucedendo que a maioria dos recursos utilizados é proveniente do orçamento federal, portanto a PEC 55/2016, compromete os recursos designados à Assistência Social impossibilitando os direitos sociais ao instituir a redução de despesas, além do congelamento dos gastos públicos no país. Esses retrocessos colocam em perigo o desempenho de milhares de unidades públicas que acolhem a classe mais pobre e exclui a população mais vulnerável do acesso ao direito a Assistência Social, comprometendo os avanços no combate a pobreza e agravando profundamente o quadro da desigualdade social.

³¹ Disponível em <http://plataformapoliticasocial.com.br/em-defesa-da-assistencia-social-publica-contradesmonte-da-seguridade-social/>. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

³² As despesas primárias são justamente aquelas que possibilitam a oferta de serviços públicos à sociedade e não incluem os gastos de natureza financeira. São as verbas para previdência, saúde, educação, assistência social, cultura, saneamento e habitação, entre outros. Ou seja, aquelas que mais têm impacto sobre a parcela mais vulnerável dos brasileiros. Fonte: <http://www.vermelho.org.br/noticia/287769-2>. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

Frente esse cenário de processo de desmonte, Jucimeri Isolda Silveira (2017), nos chama a prestar a atenção a um fato bastante importante e ao mesmo tempo intrigante, um programa novo que foi inserido no SUAS e esta ganhando maior centralidade que o próprio SUAS³³, sem fundamentação metodológica das diretrizes do SUAS, chamado “Criança Feliz”³⁴, que tinha como embaixadora a ex-primeira-dama Marcela Temer, em que foram usado 300 milhões, dos recursos destinados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo e a previsão orçamentária prevista em 2018 seria contabilizada em um milhão de reais, um investimento maior do que os recursos definidos para o (CRAS), sendo contabilizado 800 mil reais.

O Brasil diante do contexto de congelamento e intensa redução dos recursos financeiros previsto para o orçamento de 2018, já vinha sofrendo uma redução acima de 90% na estruturação básica de serviços, o Programa Acessuas³⁵ sofreu uma redução de 99%. E os serviços de proteção de média complexidade que atendem as populações de risco por intermédio dos (CREAS) recebeu um corte de 99,9%,³⁶ também o Bolsa Família sofreu uma redução drástica de 29 bilhões para 26 milhões, sendo que os outros setores sofreram também redução e de acordo com os dados do Ipea, os cortes nos próximos 20 anos serão de 868 bilhões para a assistência social (IPEA, 2017).

Sendo assim, a PEC 55/2016 funciona no sentido contrário as necessidades sociais aponta para o encolhimento da cobertura e redução da efetividade da política de Assistência Social. Portanto a redução no orçamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), não é apenas para combater a crise econômica que atinge o Brasil, mas uma investida para o desmonte do Sistema de Assistência Social.

Outro plano de ataque contra os trabalhadores brasileiros ocorreu com a aprovação da Lei 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista. O projeto

³³ Consultar: <http://www.cresspr.org.br/site/a-inviabilizacao-e-o-desmonte-do-suas-em-tempos-de-aumento-dademanda-por-assistencia-social>. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

³⁴ Disponível no site: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz.pdf. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

³⁵ Acessuas tem como finalidade a busca da autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social por meio da integração e acesso ao mundo do trabalho.

³⁶ Disponível no site: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz.pdf. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

de lei da reforma (PL 6787/16, do Poder Executivo) traz a alteração de diversos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), privilegiando os empresários e o interesse do mercado capitalista em deteriorização do trabalhador.

O principal argumento utilizado pelo presidente Temer para a reforma foi que os direitos trabalhistas estariam aumentando o custo no país. Essa seria a maneira de justificativa para a condução das relações e condições precárias de trabalho, legalizando a desregulamentação da legislação trabalhista, a terceirização, a precarização dos salários, a perda de direitos dos trabalhadores autônomos como férias, 13ºsalário, FGTS, dentre outras medidas que legalizam a máxima exploração dos trabalhadores.

Conforme afirma Miguel Rossetto (2017), ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social:

A jornada de trabalho passa a ser definida preponderantemente de forma individual prevalecendo sobre a convenção e os acordos coletivos. Fica destruída a jornada de oito horas diárias e 44 semanais. As exceções viram a regra. Do trabalho intermitente, ao trabalho em casa (sem controle de jornada), do banco de horas estendido, às férias repartidas em até três vezes, o que se busca é um trabalhador disponível 24 horas por dia, ao menor custo. Pagamento de horas-extras fará parte do passado. O resultado desta reforma será uma enorme desorganização familiar e social dos trabalhadores brasileiros.³⁷

Nesse sentido, o capital por reter os meios de produção, passa a possuir o poder de contratação, o aumento da exploração da força de trabalho, a subordinação dos trabalhadores e a aprovação da representação de empresas sem vínculos com o sindicato (MONTANO,2010). Assim, proporcionando o enfraquecimento dos sindicatos, conseqüentemente desarticulando a classe trabalhadora, contribuindo com o aumento do desemprego, da precarização do trabalho e os cortes nos investimentos das políticas sociais e contribuindo ainda mais com a precarização dos assistentes sociais.

A seguir se iniciará o próximo capítulo buscando demonstrar evidências de como vem sucedendo o trabalho dos Assistentes Sociais inseridos na Política de Assistência Social na cidade de Muritiba.

³⁷ ROSSETO, Miguel. A destruição trabalhista. Disponível em [HTTPS:www.brasil247.com/pt/colunistas](https://www.brasil247.com/pt/colunistas). Acesso em 26 de junho de 2019.

4 ANÁLISE DAS EXPRESSÕES DA PRECARIZAÇÃO NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MURITIBA- BA

Para uma melhor compreensão desse capítulo dividimos em três eixos a seguir: o primeiro tópico apresentamos: “Um panorama da realidade do município de Muritiba”, que se iniciará apresentando uma breve caracterização da realidade da Política de Assistência Social no Município de Muritiba-Ba, com a finalidade de demonstrar a localização do espaço delimitado para a realização da pesquisa.

O segundo tópico: “As condições de trabalho dos Assistentes Sociais: demonstra as diversas formas de precarização que os assistentes sociais são sujeitos em sua atuação profissional.

O terceiro tópico “As implicações da precarização para a atuação do exercício profissional dos Assistentes Sociais”: traz o resultado das adversas consequências advinda da precarização que limitam o desenvolvimento do trabalho dos assistentes sociais.

4.1 Um panorama da realidade do Município de Muritiba

Muritiba originou-se em 1559, com a chegada de exploradores e jesuítas desbravando as regiões de Cachoeira e São Félix em seguida alcançando a serra localizada às margens do Rio Paraguaçu surgindo assim o povoado de Muritiba. Só a partir de 08 de agosto de 1919, Muritiba passou a categoria de Vila através da Lei nº 1.349 decretada pelo governador do Estado da Bahia, Dr. Antonio Muniz Sodré de Aragão e após três anos recebeu título de cidade³⁸.

O município de Muritiba conforme o dado adquirido do Censo Demográfico 2010 possui uma população de 28.899, sendo que esses habitantes se encontram distribuídos por áreas 62,42% na zona urbana e 37,58% na zona rural, desta forma segundo a PNAS, o município é considerado de pequeno porte II.

Segundo o Senso Demográfico de 2010, Muritiba também possuía uma população de 45,96% de habitantes vivendo á margem da extrema pobreza.

³⁸ Informações obtidas no site da Prefeitura de Muritiba.

A assistência Social de Muritiba conta com um CRAS³⁹, um CREAS,⁴⁰ dispõe também de um espaço físico que funciona o CADÚnico⁴¹ /Bolsa⁴² Família e uma Secretaria de Desenvolvimento Social. E os profissionais de Serviço Social que integram a Assistência Social estão alocados 02 (dois) no CRAS, sendo que um desempenhando a função de coordenador da instituição, 02 (dois) no CREAS, um também encontra-se na condição de coordenador, no CADÚnico/Bolsa Família não possui assistente social e 1 (um) na Secretaria de Desenvolvimento Social.

É necessário pontuar que essa pesquisa foi realizada com (05) cinco assistentes sociais que compõem a Política de Assistência Social, sendo que no momento, existe equipamento que não possui profissional trabalhando. Portanto, alguns desses assistentes sociais ficam revezando para recepcionar e responder as demandas que chegam nesse espaço.

A quantidade de profissionais existente na rede não é suficiente para desenvolver o trabalho nos espaços ocupacional, isso pode ser notado através das falas dos (as) entrevistados (as) a seguir.

Todos os assistentes sociais que atuam no município são contratados, logo possuem vínculos precários sem nenhuma estabilidade empregatícia.

³⁹ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública da Política de Assistência Social, de base municipal, destinado a prestação de serviços e programas sócio-assistenciais de Proteção Social Básica (PSB) às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, tendo por objetivo priorizar a promoção da autonomia e o fortalecimento das famílias e indivíduos.

⁴⁰ O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) encontra-se inserido na Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade. O CREAS é o responsável pela oferta do serviço especializado às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, dentre outras, e engloba os serviços de acolhimento institucional e familiar e a proteção em situações de calamidades públicas e emergências.

⁴¹ Regulamentado pelo Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007, o Cadastro único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. Sua execução é de responsabilidade compartilhada entre governo federal, estados e municípios, e seu principal objetivo é o conhecimento da realidade socioeconômica da população.

⁴² O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de extrema pobreza com renda mensal por pessoa até R\$ 85,00, e aquelas com renda mensal por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00, mediante o cumprimento de algumas condicionalidades vinculadas à saúde e a educação. Fonte: <http://calendariobolsafamilia2015.com.br/bolsa-familia-2017/>. Acesso em 01 abril 2019.

4.2 As condições de trabalho dos assistentes sociais

Todas as discussões feitas até aqui subsidiam a nossa análise sobre a precarização do trabalho dos Assistentes Sociais que atuam na Assistência Social em Muritiba. Sendo assim, foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa com o caráter explicativo para uma melhor corroboração da reflexão do exercício profissional do Assistente Social por meio da aplicação de uma entrevista semiestruturada.

Desta forma, apontam-se alguns fatores que incidem sobre o fenômeno investigado, contribuindo com um maior conhecimento da temática pesquisada. Logo, se fará a sistematização e análise dos dados juntamente com as informações coletadas da pesquisa objetivando através dos discursos de cada profissional entrevistado a finalidade de adquirir respostas para as questões elaboradas no projeto de pesquisa. Assim, para a preservação das identidades das pessoas entrevistadas faremos o uso de nomes fictícios como: Amélia, Carmelita, Joaquina, Petrolina, Olímpio.

É importante afirmar que conseguimos entrevistar 100% dos Assistentes Sociais que integram a Política de Assistência Social da cidade de Muritiba.

Inicialmente serão apresentadas algumas características gerais do perfil dos assistentes sociais entrevistados. Através da entrevista podemos verificar que o quadro dos assistentes sociais varia entre 25 a 45 anos e os participantes são de predominância do sexo feminino. Concernente à formação profissional as/os participantes, a conclusão do curso acadêmico compreende desde o período de 2010 a 2016. Sendo que 20% provêm de instituição pública e 80% de instituição de caráter privado na modalidade presencial e também da Educação a Distância (EAD). Já em relação à educação continuada verificamos que apenas uma participante entrevistada possui especialização.

De acordo as pessoas entrevistadas 05 dos participantes 04 afirmaram trabalhar no município por 30 horas semanais e apenas uma pessoa afirmou trabalhar durante 40 horas semanais, sendo que consideramos essa resposta decorrente a função que a profissional exerce na instituição contratante na qual

assume um cargo de confiança como coordenadora⁴³. A referência salarial varia até 2 salários mínimos.

Observa-se também que todos os assistentes sociais entrevistados são contratados pela Prefeitura Municipal, nenhum mantém vínculo empregatício permanente. Esse tem sido um fator indicador da precarização do trabalho que se caracteriza como um desafio para o exercício profissional dos assistentes sociais, desde o momento que as equipes de trabalho são formadas conforme a gestão virgente, cria empecilhos impedindo de as equipes anteriores continuarem prestando serviços à comunidade, algo imprescindível ao trabalho do assistente social.

Em conformidade com a NOB/RH - SUAS (2011, p.79), compreende-se que a cidade de Muritiba não está em concordância com o estabelecido que o ingresso a carreira profissional deve ser por intermédio da aprovação em concursos públicos dos candidatos selecionados.

Para Druck (2015), as diversas formas de contratação no setor público brasileiro sem intermédio de um concurso público, ganharam expansão dos programas de privatização de empresas e dos serviços público a partir dos anos de 1990, com a entrada do neoliberalismo no Brasil e com a Reforma do Estado em 1995, através do Plano Diretor de Reforma do Estado- (PDRE), do Ministério da Administração e Reforma do Estado- (MARE), esse período foi de grande sofrimento para a classe trabalhadora, como salientamos anteriormente no segundo capítulo.

Raichielis (2010, p.763), afirma haver transformações no ambiente de trabalho com a entrada do neoliberalismo no contexto brasileiro e seu efeito devastador que tem repercussão até os dias atuais:

A ambiência neoliberal afetou também a imagem do servidor público e as representações sociais junto à população e à opinião pública, instalando-se um clima desfavorável à recomposição e expansão da força de trabalho na administração pública, embora nesses últimos anos seja possível observar certo avanço nessa direção, especialmente em nível federal.

⁴³ Os cargos de confiança trazem no inciso V, do art. 37 da Carta Constitucional a seguinte redação: V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia de direção, chefia e assessoramento.

Assim, cresce o aumento da precarização no setor público por impossibilitar o seu ingresso por meio de concurso público.

No plano do mercado de trabalho, no qual se estabelecem as relações de compra e venda da força de trabalho, as formas de inserção, os tipos de contrato, os níveis salariais, as jornadas de trabalho, definidos por legislação ou por negociação, expressam um recrudescimento da mercantilização, no qual o capital reafirma a força de trabalho como mercadoria, subordinando os trabalhadores a uma lógica em que a flexibilidade, o descarte e a superfluidade são fatores determinantes para um grau de estabilidade e insegurança no trabalho, como nunca antes alcançado. Assim, a terceirização assume centralidade na estratégia patronal, já que as suas diversas modalidades (tais como cooperativas, pejetização, organizações não governamentais, além das redes de subcontratação) concretizam contratos ou formas de compra e venda da força de trabalho, nos quais as relações sociais aí estabelecidas entre capital e trabalho são disfaçadas ou travestidas em relações interempresas/ instituições, além do estabelecimento de contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes e as quase sempre imprevisíveis oscilações de mercado que desestruturam o trabalho, seu tempo e até mesmo a sua sobrevivência (ANTUNES e DRUCK, 2013, p. 219- 220).

Os autores deixam explícitos que com o seguimento da reforma do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), que tem como o objetivo a diminuição dos custos com o funcionalismo público, contribuiu com o aumento da terceirização, subcontratação de empresas, contratação temporária, contratação de comissionados que conseqüentemente resultou na redução dos concursos públicos, causando assim uma grande insegurança na vida dos trabalhadores que atuam sem possuírem uma estabilidade.

Após as considerações apresentadas, será realizada a análise dos discursos. E através das falas dos assistentes sociais que irá conduzir a compreensão da precarização do trabalho, como se manifesta desde o momento que esses profissionais se inserem na Política de Assistência Social. Tornando perceptível que a precarização se inicia desde a forma de contratação destes profissionais, a precarização compreende-se também as condições éticas e técnicas do fazer profissional que são expostos, a qual reflete diretamente nas situações do trabalho apresentado.

É importante afirmar que a precarização não ocorre apenas na estrutura física, mas também se encontra presente no cotidiano desses profissionais que consequentemente interfere nas condições de trabalho dos assistentes sociais e no modo de atuar dos profissionais. Torna-se perceptível o que podemos descortinar por trás das falas dos personagens.

Através das falas dos profissionais (04) quatro dos (05) cinco entrevistados consideram que existe precarização do trabalho nos espaços ocupacionais e apenas (01) um entrevistado (a) respondeu não existir precarização.

(...) Não existe precarização no ambiente de trabalho, porém alguns recursos materiais são compartilhados com outras áreas, por não haver condições de cada compartição possuir o seu individualmente (Amélia).

Em seguida “Amélia” justifica que tem uma sala particular, todo suporte com material e recursos para o trabalho são fornecidos. Mas, também ela admite desenvolver o trabalho em um determinado compartimento e prestar serviço também em outro seguimento que faz parte da instituição, por não haver outro assistente social para preencher a vaga, essa tarefa é designada a essa profissional para atender as demandas que chegam. Podemos perceber a precarização do trabalho se manifestando na Política de Assistência Social, diante da falta do profissional, já que essa equipe se encontra incompleta. (NOB/RH- SUAS 2006, p.40)

Sim, existe precarização no meu espaço ocupacional. A própria forma como estou inserida no espaço de trabalho que é como contratada temporariamente é uma forma de precarização, pois não tenho direito a férias, décimo ou qualquer garantia de estabilidade (Petrolina).

Já, a entrevistada “Petrolina” atribui a existência da precarização desde sua introdução na política de Assistência Social, devido a forma de contrato de trabalho, aos seus direitos serem desrespeitados.

A partir, das falas observadas entende-se que a precarização encontra presente desde a inserção do profissional no espaço ocupacional causando diversas consequências, como a usurpação de direitos desses trabalhadores

como já foi mencionado no capítulo três. E também como confirma Raichelis (2011, p.41), a seguir:

Essa dinâmica de flexibilização/ precarização/ desregulamentação atinge também as relações e o trabalho dos profissionais de nível superior que atuam em instituições públicas e privadas no campo das políticas sociais. Gerando rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e condições de trabalho, perda e/ou ausência de direitos sociais e trabalhistas, pressões pelo aumento da produtividade, insegurança do emprego, ausência de direitos sociais e trabalhistas, ausência de perspectivas de progressão na carreira, ampliação da competição entre trabalhadores, adoecimento, entre tantas outras manifestações decorrentes do aumento da exploração da força de trabalho assalariada.

Deste modo, fica evidente o quanto a precarização se torna prejudicial a vida do trabalhador podendo refletir no desenvolvimento do trabalho atingindo os serviços oferecidos aos usuários.

Existe precarização nas políticas sociais também, falta de investimento na capacitação profissional, demandas em relação a transporte para a realização de visitas, espaço físico, recursos humanos para a realização de oficinas para senhores (Carmelita).

(...) Em relação aos equipamentos existe precarização interferindo no desenvolvimento dos trabalhos (Joaquina).

Diante das falas colocadas dos profissionais podemos compreender que a precarização não se limita unicamente a estrutura física, existe precarização também nos programas sociais, na insuficiência de recursos, na ausência de investimento para a qualificação profissional o que interfere diretamente nas condições de trabalho dos assistentes sociais no Município.

Considerando que não só as condições de trabalho estão sendo precarizadas, mas inclusive as políticas sociais, devido ao modo que vem ocorrendo o financiamento dessa política social, embora tem se tornado responsabilidade das três esferas do governos, porém o seu investimento se dá de maneira escassa, sendo incapaz de responder a totalidade das demandas que surgem. Desta maneira, a Política de Assistência já nasce precarizada e isso tem impactado no desenvolvimento do trabalho dos assistentes sociais que conseqüentemente são introduzidos em espaços

precarizados e os atendimentos prestados aos usuários dos serviços também são realizados de forma precária.

Referente à sala de trabalho disponível para o exercício profissional dos assistentes sociais, três entrevistados afirmaram possuir uma sala particular e dois a não possuírem sala própria para o atendimento:

(...) Não existe uma sala própria para o Serviço Social, a sala é compartilhada com outros profissionais. No momento que necessito fazer atendimento individualizado e a sala está ocupada me dirijo a outra sala qualquer que esteja desocupada, ou peço para as pessoas se retirarem para que eu possa atender (Olímpio).

(...) A estrutura é insuficiente em relação a equipamentos, faltam salas suficientes, materiais, recursos (Joaquina).

Fica evidente para haver a preservação do sigilo profissional é necessário que o assistente social disponha de uma sala adequada para a realização dos atendimentos como afirma os autores Barroco e Terra (2012, p.91) a importância de manter o sigilo:

O sigilo profissional é um dos aspectos mais polêmicos do Código de Ética. Ele não envolve apenas o que é confiado ao profissional pelo usuário; é parte da ética profissional a preservação do usuário de todas as informações que lhe digam respeito, mesmo que elas não lhe tenha sido revelada diretamente.

O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, traz introduzido no seu Artigo 16, mostrando a necessidade do assistente social manter o sigilo das informações prestadas para a proteção do usuário, essa prática faz parte do exercício profissional. Diante dessa afirmação para que haja um atendimento adequado torna-se imprescindível o assistente social ter acesso a um espaço particular e com ótimas condições estruturais para atendimento dos usuários.

A Resolução CFESS nº 493/2006 representa nos seus Artigos 1º, 2º e 3º do mesmo trazem informações como deve ser o espaço físico apropriado ao assistente social para a realização do atendimento oferecido ao usuário do serviço como também garantir a privacidade e o sigilo profissional.

Deste modo, constata-se que o município de Muritiba não tem seguido os parâmetros estabelecidos, mantendo uso de equipamentos com a insuficiência de salas disponível para o profissional desenvolver sua atividade diária, essa prática constitui em violação de direito.

Aqui se compreende que os assistentes sociais possuem o cotidiano marcado pelas formas precárias de contratação e das condições degradantes de trabalho que são postas pelas instituições, o espaço ocupacional tem se transformado em um constante desafio ao fazer profissional. No entanto, sabendo que a manifestação da precarização das condições de trabalho, tem se manifestado no âmbito da Assistência Social, pela falta do conhecimento político cultural da Política de Assistência Social como uma política pública, sua agravação se deve aos processos das transformações sofridas no mundo do trabalho que além, de modificar o sistema de produção trouxeram impactos diretamente a classe trabalhadora.

4.3 As implicações da precarização para atuação do exercício profissional

Tendo em vista, o processo da análise da precarização do trabalho dentro da Política de Assistência Social, serão analisadas as consequências da precarização para o desenvolvimento do exercício profissional do Assistente Social.

Assim, os entrevistados ao serem questionados acerca das Políticas Sociais no atendimento das demandas dos usuários alguns participantes responderam:

As políticas sociais são também precarizadas, falta recurso, mas falta também um olhar mais amplo sobre a importância das “Políticas Sociais” assim como capacitação continuada para os profissionais que atuam diretamente na sua execução. A demanda sempre chega, mas nem sempre teremos uma resposta (Petrolina).

Diante da afirmação de “Petrolina” pode se constatar o quanto as Políticas Sociais são precarizadas, isso se deve a insuficiência do financiamento para a manutenção das políticas por parte do Estado, ocorrendo impacto diretamente no exercício do assistente social e refletindo nas respostas as demandas.

Precaria, devido às poucas condições que são oferecidas para expandir todo nosso trabalho (Carmelita).

São fundamentais para a garantia dos direitos, mas não tem sido suficiente para que haja autonomia do sujeito (Joaquina).

Através das falas das entrevistadas torna perceptível o quanto às consequências advindas dos efeitos da precarização vêm interferindo no desenvolvimento do trabalho dos assistentes sociais, a falta de investimento na qualificação continuada desses profissionais para uma melhor preparação na tomada de decisão nos enfrentamentos, a falta de oferecimento de condições mínimas de trabalho aos assistentes sociais para política ser efetivada que por sua vez se torna fragilizada, essas consequências refletem diretamente na vida dos usuários que fazem uso dos serviços.

Como sustenta (RAICHELIS, 2011), com ausência da qualificação dos profissionais, isso proporcionará a fragilização da execução dos serviços, programas e dos projetos socioassistenciais. Haja vista, se justifica a busca incessante dos assistentes sociais pela garantia da qualificação e da capacitação continuada. Sendo que o aperfeiçoamento prepara o profissional para desenvolver e prestar um serviço com melhor qualidade, além de estarem preparados para enfrentarem os jogos de pressão política, estarão mais resistentes as manipulações presentes nesses espaços institucionais.

Em seguida os participantes foram interrogados se o espaço ocupacional é adequado a sua intervenção profissional e responderam:

Não. Espaço físico nada adequado, falta de alguns instrumentos para melhor atendimento aos usuários (Carmelita).

Não. A infraestrutura é insuficiente em relação a equipamentos etc..(Carmelita).

Não. O espaço é inadequado aos atendimentos, falta salas e materiais para trabalhar (Olímpio).

Diante das respostas colocadas se entende que devido à precarização presente o espaço que o profissional atua torna-se inapropriado ao desenvolvimento do trabalho e não atende a total necessidade dos usuários.

Portanto (Faleiros, 2011), situa que devido o contrato de trabalho no contexto capitalista, este determina e dirige:

A produção capitalista absorve não só os músculos, mas a mente do trabalhador. Na mediação do contrato de trabalho, as horas de atividade laboral não pertencem ao trabalhador e sim ao capital que determina e dirige onde deve estar o que fazer, em que ritmo e sem saber o resultado. A força de trabalho parece não ter opinião, não ser sujeito (...) (FALEIROS, 2011, p.128).

Assim, verifica-se que os assistentes sociais são submetidos à limitação do mercado de trabalho, as restrições e exigências devido os contratos precários dos gestores vigentes, as mais diversas formas contratação com vínculos flexíveis e sujeitos as piores condições de trabalho.

Levando em consideração, que precarização se constitui em um elemento agravante que passa a fazer parte integrante do processo de compra e venda da força de trabalho, efeitos advindos do sistema capitalista, então o assistente social inserido nesse contexto deve assumir uma posição crítica, com a finalidade de identificar as contradições contemporâneas no universo do trabalho que se apresenta de várias formas de precarização e atingem a todos os trabalhadores, até mesmo os assistentes sociais que precisam vender sua força de trabalho ao mercado para sua própria sobrevivência.

Iamamoto (2009) destaca que,

O mercado profissional de trabalho sofre impactos diretos dessas transformações operadas nas esferas produtivas e estatal que alteram as relações entre o Estado e a Sociedade (IAMAMOTO, 2009, p.123).

Entende-se que as consequências das transformações no mundo do trabalho vêm afetando os trabalhadores que sofrem com esses efeitos, desde a sua introdução no mercado dando prosseguimento até o seu espaço de atuação.

A fala dos entrevistados a respeito da forma de vínculo empregatício se interfere na atuação profissional, os participantes responderam e justificaram:

Não. Porque desfrutamos da relativa autonomia. (Amélia)

Não. Por motivo da função que assumo no equipamento. (Joaquina)

A entrevistada “Amélia” aponta porque o vínculo empregatício não interfere justificando “(...) a autonomia independe da forma de contratação que advém do conhecimento acadêmico na construção de proposta e sustentado pelo arcabouço legal.”

Já Joaquina afirma que o contrato empregatício não prejudica a sua atuação devido à posição que assume na instituição.

Os entrevistados que responderam que a forma de vínculo empregatício interfere justificaram:

Sim. Por ser contrato temporário. Sabemos que a qualquer momento posso ser demitida por não haver estabilidade (Petrolina).

Sim. Baixos salários, atraso salarial por causa da flexibilização do contrato de trabalho, instabilidade e acréscimo de trabalho (Carmelita).

Sim. Não oferece a oportunidade de desenvolver o trabalho com qualidade e a autonomia é condicionada a instituição empregadora (Olímpio).

Para a maioria dos entrevistados o vínculo empregatício torna-se uma insegurança no trabalho, como pode ser observado na fala da participante “Petrolina” que a qualquer momento a instituição empregadora poderá demitir.

A afirmação da maioria dos (as) profissionais entrevistados (as) permite a compreensão de que o vínculo empregatício não passa de um contrato flexível e precário que garante a dominação do empregador sob o trabalhador. Além dos participantes considerarem que as formas precarizadas de contratação restringem a autonomia do assistente social, em virtude da instabilidade no emprego e da constante ameaça de substituição desses profissionais por contrair um contrato fragilizado com a instituição.

Portanto, Iamamoto (2007, p.214), confirma:

Sendo o Serviço Social regulamentado como uma profissão liberal e dispondo o assistente social de relativa autonomia na condução do exercício profissional, tornam-se necessários estatutos legais e éticos que regulamentem socialmente essa atividade. Entretanto, essa autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores: o Estado (e suas distintas esferas de poder), o empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros seguimentos organizados da sociedade civil (...).

Dessa forma, podemos perceber a fragilização de vínculo que esses trabalhadores passam a contrair com a instituição empregadora, desde que em qualquer momento pode ser desfeito e compreendemos que o vínculo precário não interfere unicamente na atuação profissional, como na autonomia que passa a ser condicionada a instituição contratante.

Para Iamamoto,

Os assistentes sociais funcionários públicos vêm sofrendo os efeitos deletérios da Reforma do Estado no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho, tais como a redução dos concursos públicos, demissão dos funcionários não estáveis, contenção salarial, corrida à aposentadoria, falta de incentivo à carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária, com perda de direitos etc. (IAMAMOTO, 2009, p.123).

Tendo em vista, que os assistentes sociais inserido no mercado de trabalho como trabalhador assalariado vem sofrendo bastante consequências com efeitos das transformações ocorridas na sociedade, vem sofrendo as mesmas degradações no seu cotidiano profissional como qualquer trabalhador que vende a sua força de trabalho. E passam a fazer parte de um cenário pontuado por perdas de direito trabalhista, precarização do espaço de trabalho, contratos sem nenhuma estabilidade e são submetidos a todas as formas de violações possíveis.

Esses fatores têm interferido diretamente na autonomia do assistente social decorrente de não encontrar condições favoráveis para o desenvolvimento do seu trabalho de forma efetiva, por estarem subordinados a gestão.

Agora, os entrevistados apontam algumas dificuldades que enfrentam para a realização das visitas domiciliares:

É disponibilizado o automóvel uma vez por semana (Petrolina).

Raramente fica disponível, pois nem sempre esta com gasolina e isso tem dificultado o andamento do trabalho (Joaquina).
Como é muito difícil o acesso, daí faço uso do meu automóvel para a realização das visitas (Olimpio).

Através das falas dos entrevistados percebemos que os assistentes sociais têm enfrentado dificuldades para efetuar a realização das visitas domiciliares por se depararem com a falta de transportes. Isso se torna visivelmente ao perceber que o entrevistado “Olímpio” ao colocar quando por diversas vezes vai realizar a visita domiciliar e não encontra automóvel a disposição, então faz uso do seu automóvel para evitar o atraso no desenvolvimento do trabalho.

Essas situações que esses assistentes sociais são sujeitados têm procedência ao modo precarizado que é introduzido no espaço ocupacional causando implicações na atuação profissional, por não possuir todos os meios necessários para a concretização do seu trabalho.

Como assegura Raichelis (2011, p.428):

(...) ainda que o Serviço Social tenha sido reconhecido como profissão liberal nos estatutos legais e éticos que definem a autonomia teórico-metodológica, técnica e ética – política na condução do exercício profissional, o trabalho do assistente social é tensionado pela relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada. A condição de trabalhador assalariado seja nas instituições públicas ou nos espaços empresariais e privados sem fins lucrativos, faz com que os profissionais não disponham nem tenha controle sobre todas as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional.

Tendo em conta, para o assistente social realizar suas tarefas cotidianas é necessário a instituição empregadora colocar em sua disposição todos os meios e instrumentos de trabalho, porque decorrente a falta de recursos esses profissionais ficam impossibilitados de oferecer um atendimento com maior eficiência.

Assim, os entrevistados citam a respeito do número de profissionais atuante em cada espaço se são suficientes para responder as demandas, os participantes responderam:

De 05 participantes apenas 01 respondeu que é suficiente:

Não. Aqui sentimos a falta de um profissional para desenvolver atividades em grupo. Porque no dia a dia a articulação com a rede, atendimento, visitas, ações demanda muito o nosso tempo, (Assistente Social e Psicólogo) motivo pelo qual estamos sem grupo no momento, estávamos apenas com o grupo de mulheres (Petrolina).

Neste equipamento o número de profissionais é insuficiente precisaria no mínimo dois profissionais (Carmelita).

Não. Precisamos de mais um profissional para atuar nesse espaço (Olímpio).

Não. Esta faltando no momento um assistente administrativo (Joaquina).

Referente á ausência de recursos humanos se faz necessário reconhecer que a Política de Assistência Social tem sua base voltada no trabalho humano, pois para os usuários terem o acesso aos direitos e garantias sociais pautado na PNAS e no próprio SUAS é preciso que o processo de dispensação seja realizado por intermédio desses profissionais que constituem as equipes de referência.

No entanto, o município é marcado pela insuficiência de assistentes sociais necessário para a realização do trabalho, assim a escassez de recursos humanos se encontra presente no espaço ocupacional, e os profissionais atuantes não possui um apoio para auxiliar nas respostas as demandas, como apontam Petrolina, Carmelita, Olímpio e Joaquina.

Apenas uma entrevistada afirma não haver necessidade da inserção de outros profissionais no seu espaço de trabalho:

Sim. A quantidade de profissional aqui é suficiente (Amélia).

A entrevistada “Amélia” justificou a resposta dizendo que nesse caso a instituição oferece todo o recurso necessário a ponto de responder toda a demanda que chega e acrescenta que ainda encontra tempo para dar suporte a outro setor na instituição que esta sem o profissional assistente social.

Considerando tudo que foi exposto até agora, verifica-se de maneira explícita que o município de Muritiba se apresenta em desconcordância com o que está determinado na NOB/SUAS, no que se refere “às Atribuições e Responsabilidades dos Gestores municipais”, indicando como uma responsabilidade municipal na gestão da Assistência Social de disponibilizar condições apropriadas para o desenvolvimento do trabalho desses profissionais quanto ao espaço físico, oferecer materiais de consumo e de uso permanente (2011, p.79).

Alguns dos entrevistados (as) pontuaram os avanços e limites para o exercício profissional:

Um avanço é que as pessoas os órgãos estão conhecendo um pouco mais a Assistência Social e isso contribui no rompimento com as práticas assistencialista. O maior desafio é a articulação com a rede e o reconhecimento profissional, que é os órgãos respeitarem nossas atribuições dentro do espaço de trabalho no qual estamos inseridos (Petrolina).

(...) mediante a luta dos profissionais houve um fortalecimento da categoria para consolidação das Políticas Públicas, mas existe uma desvalorização profissional no que tange a base salarial (Carmelita).

Os principais avanços apontados têm sido a consolidação das Políticas Públicas e a expansão da Assistência Social que vem rompendo com as práticas assistencialistas como menciona “Carmelita e Petrolina”.

As entrevistadas também responderam que encontram limites na execução do trabalho, na falta de articulação com a rede para uma melhor efetivação e ampliação do trabalho oferecido aos usuários, além da instituição ainda não compreenderem a importância e as atribuições profissionais. Portanto, essas consequências interferem diretamente na elaboração e execução da Política de Assistência Social, pois são fatores que geram muitas tensões no cotidiano profissional desses assistentes sociais.

Esse grande avanço e expansão dos direitos sociais universal são garantidos a partir do Tripé da Seguridade Social estabelecida na constituição de 1988, que promoveu a ampliação dos postos de trabalho na Assistência Social para o ingresso de diversos assistentes sociais nessa Política de Assistência Social. A consolidação da Política de Assistência Social ocorreu através das lutas dos movimentos sociais, trabalhadores e categoria dos assistentes sociais todos em busca de melhores condições de sobrevivência para a população.

E com a instituição da LOAS (1993), inserida na CF-98, considerada como Estado de Bem Estar brasileiro, a Assistência Social deixa de ser uma prática assistencialista passando a ser responsabilidade das três esferas governamental que através da PNAS, possui o objetivo de atingir todo território brasileiro com a garantia do direito, pois a Política de Assistência se constitui

em um instrumento fundamental de intervenção das diversas expressões da questão social, porém essa política ainda se encontra em construção devido a forma precária de investimento por parte dos governantes.

Mas a precarização de vínculo empregatício que tem se infiltrado no âmbito da Assistência Social tem se transformado em um grande desafio para os assistentes sociais que ocupam esses espaços, em virtude do esforço para a busca constante de uma intervenção profissional articulada juntamente com a defesa e execução do projeto ético-político, essas limitações apresentadas no cotidiano profissional produzem insatisfação ao perceberem que não conseguem atingir um resultado desejado da demanda proposta, como salienta (Petrolina).

Os Assistentes Sociais ainda que tenha conquistado o seu espaço na sociedade para desempenhar o seu trabalho, mesmo assim sofrem por violação, pois ainda que a NOB-RH/SUAS determine a contratação por intermédio de concursos públicos com o objetivo de eliminar a precarização de vínculo trabalhista no SUAS, existe uma grande propensão de contratação por meio da terceirização, contratação precária e temporais dentro da Política de Assistência Social. Situação que vem trazendo efeitos degradantes seguidos do rebaixamento salarial, retratação salarial e diversas outras implicações como se expressa (Carmelita).

Os baixos salários podem estar ligados ao tipo de vínculo empregatício que o profissional mantém com a empresa, em que permite que os salários sejam sempre menores, isso se deve a profissão ainda não possuir um piso salarial⁴⁴ nacional unificado é o que tem contribuindo para a prefeitura pagar um baixo salário, não dando a devida importância que é merecida ao trabalho desse profissional dentro do município.

⁴⁴ Conforme as informações do site do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) de acordo com os dados do Salariômetro do Governo de São Paulo, e da Fundação Gétúlio Vargas (FGV), a média salarial da categoria é de R\$ 2.528,00, porém existem projetos de lei na Câmara dos Deputados reivindicando um piso salarial em torno de R\$ 4.000,00. O CFESS, disponibiliza ainda uma tabela de horários que devem ser pagos aos assistentes sociais, que servirá de parâmetro para prestação dos serviços profissionais do assistente social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza assemelhada. De acordo § 2º do artigo 1º da Resolução CFESS N° 418/2001, que instituiu a Tabela Referencial de Horários de Serviço Social (TRHSS), alterada pela Resolução CFESS N° 467, de 17 de março de 2005, instituiu-se os valores: Graduados (as): R\$ 133,81; Especialistas: R\$150,28; Mestres: R\$ 189,39; Doutores/as: 214,10.

Considerando tudo que já foi mencionado, observa-se que mesmo diante das limitações que são colocadas pela instituição frente esses profissionais, ainda assim, assumem um comprometimento com a profissão e população, pois buscam sempre novas estratégias para responder as demandas correspondentes às necessidades dos usuários.

Assim, busca-se entender diante das diversas formas de precarização encontrada no ambiente ocupacional e os desafios frente à atuação desses profissionais, quais tem sido as estratégias utilizadas na articulação entre sua intervenção profissional e a defesa do projeto ético-político:

A construção de novas propostas e ações voltadas as políticas sociais de acordo a realidade encontrada no território de atuação (Carmelita).

Como o projeto ético político tem por base o reconhecimento da igualdade, compromisso com autonomia, construção de uma ordem societária, ainda assim o profissional tem que se preocupar com a formação permanente (Amélia).

A autonomia e a especialidade profissional (Olímpio).

Os entrevistados apontam a importância da criação de propostas e as atribuições profissionais como estratégias de intervenção e defesa do projeto ético político.

Atribuições com a rede socioassistenciais e conhecimento das atribuições (Carmelita).

É difícil, porque muitas vezes acaba sendo uma ação individual e sabemos que não é assim. Então as estratégias são as articulações com outros profissionais, com outras políticas e para isso precisamos esta sempre dialogando com a rede (Petrolina).

As entrevistadas expõem os desafios que encontram para construir estratégias para por o projeto ético político em prática, elas apontam como estratégia o trabalho em rede e ao conhecimento das atribuições que dessa forma haverá a busca de uma nova construção, porque de forma individual não existe possibilidade para o processo da criação de uma cidadania justa e igualitária.

Através das falas das entrevistadas fica evidente mesmo que os assistentes sociais vivenciem tantas dificuldades, esses profissionais se esforçam buscando a materização do projeto-ético político em sua atuação.

Desse modo,

É neste sentido que a formação profissional deve viabilizar condições para que os novos assistentes sociais sejam sensíveis e solidários ao processo de criação de uma nova cidadania, como estratégia política de gestão de uma cultura pública, democrática, contrapondo-se ao culto ao individualismo, a linguagem do mercado, ao “ethos” da pós-modernidade. Cidadania voltada para a incorporação política progressiva dos setores excluídos de direitos na prática social, ainda que tido como necessários e válidos para a produção da riqueza social, como riqueza para outros. Cidadania dos produtores, que impulse a criação de novas formas de sociabilidade, assentadas na relação entre Estado e a sociedade civil e não apenas nas relações entre o Estado e indivíduo isolado, ultrapassando os marcos da ideologia liberal (IAMAMOTO,2009, p.199).

Sendo assim, o profissional deve se apoiar nos princípios do código de ética, no arcabouço legal da profissão, amparado pela sua competência teórica, política e técnica e em seguida fazer o uso de toda sua qualificação acadêmica profissional para a elaboração de estratégias, visando a ultrapassagem dos limites impostos pelos efeitos da precarização e conduzindo suas ações em defesa do projeto ético.

Para Netto (2006), o projeto profissional representa a própria imagem da profissão:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (NETTO, 2006, p.144 apud RAICHELIS).

Portanto, compete ao trabalho do assistente social possuir uma visão crítica da realidade, se munir de leis, documentos que dê amparo a profissão, ser um profissional dinâmico provido da capacidade da realização de um trabalho complexo de caráter social e coletivo. Que faça uso dessas

competências para se articularem e negociarem com as instituições empregadoras, caminhando sempre na perspectiva do Projeto Ético Político e mantendo o compromisso com a defesa de projetos que visam a ampliação dos direitos da classe subalterna.

Ainda assim, diante dos desafios enfrentados no seu espaço ocupacional, os profissionais entrevistados vislumbram as possibilidades de materialização da condução do projeto ético político profissional no seu cotidiano.

Dessa maneira, compreende-se que o resultado das ações dos assistentes sociais nem sempre acontece de acordo com o planejado, pois não possuem controle sobre todos os aspectos que se manifesta sobre a realidade a sua alteração, mudança e transformação não depende só dos atos nem das ações desses profissionais (TEXEIRA e BRAZ, 2009, p.10).

Tendo em vista que é necessário compreender que o Estado não caminha em consonância com a idealização do projeto ético político da profissão, portanto deve se acreditar que em cada ação efetuada no cotidiano haverá implicação, ainda que esta não se apresente no momento de forma imediata.

Nesse sentido, mesmo diante das diversas formas de manifestação que a precarização se apresenta no interior das instituições impondo limites e desafios no cotidiano profissional, ainda assim os assistentes sociais devem se colocar em posição firme, assumindo o compromisso com a profissão e com a população objetivando a materialização do projeto ético-político em sua intervenção profissional, buscando dessa forma a construção de uma nova cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho buscou-se demonstrar as principais consequências decorrente dos processos das transformações societárias para a classe trabalhadora, enfatizando seus impactos e rebatimentos no Serviço Social.

O capital buscando retomar o crescimento econômico e o aumento da produtividade promoveu modificações organizacionais, tecnológicas, ideológicas, abrindo lacunas para a flexibilização e precarização que consequentemente atingiu todo o mercado de trabalho.

A resposta do capital como estratégia de combate perante a crise das décadas de 1970, 1980 e 1990 ocasionaram grandes mudanças nas formas de organização da classe trabalhadora, subordinando o trabalhador a uma vulnerável condição de trabalho, reduzindo o poder de reivindicação, possibilitando ao capitalismo retomar a lucratividade através da exploração da força do trabalho e da redução dos custos na esfera da produção. E assim, são flexibilizados os contratos empregatícios, a carga horária de prestação de serviço, os salários e até os direitos dos trabalhadores.

Essas transformações ocorridas em sociedade, não permaceu apenas no modo de produção, mas também trouxeram mudanças no papel do Estado e na economia brasileira. Desta maneira, o neoliberalismo como estratégia de combate a crise para garantir a estabilidade e o crescimento econômico, propôs medidas de redefinição das funções do Estado, as privatizações e o ajuste fiscal como tentativa de enfrentamento a crise e recuperação da economia que provocaram grandes impactos a classe trabalhadora, como a exploração da força de trabalho, perda de direitos trabalhistas e relações de trabalho cada vez mais precárias.

As mudanças neoliberais passaram a ser implementadas no contexto brasileiro a partir do governo de Fernando Collor de Mello e tiveram expansão no governo de Fernando Henrique Cardoso. Os efeitos dessas transformações trouxeram consequências à classe trabalhadora, resultando no aumento do desemprego, na redução dos gastos sociais que rebate nas políticas sociais passando a ser restritivas e focalizadas, atingindo ditretamente o trabalho do assistente social que encontra desafios para darem conta da demanda e para isso tem que criar estratégia, visando a garantia dos direitos dos usuários.

Já a partir dos anos 2000, nos governos representados por Lula e Dilma houve uma ampliação com maior investimento nos projetos voltados para a Assistência Social deixado pelo governo FHC que foi dada continuidade conseguindo alcançar um melhor avanço, diferentemente dos governos neoliberais que focava nos pobres dos mais pobres, passou a focar na população pobre, no combate a fome, então as políticas ganharam fortalecimento, inclusive a Política de Assistência Social.

Logo, foram adotadas medidas de valorização do salário mínimo, políticas de transferências de renda, criação do aumento de posto de emprego, garantia do desenvolvimento econômico do país das transferências de renda, garantia do desenvolvimento econômico do país através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e outros.

Assim, foi criada a PNAS/SUAS, onde Assistência Social passa a ser responsabilidade das três esferas do governo com o objetivo de alcançar todo o território brasileiro na garantia de direito, porém seu financiamento vem ocorrendo de forma insuficiente por parte dos governantes, portanto essa política ainda se encontra em construção.

Entretanto, o projeto neoliberal retornou com todo impulso por meio do golpe do Estado, regido pelo governo de Michel Temer, sobre a população mais pobre, exclusivamente a classe trabalhadora que foi atingida através da reforma trabalhista, a lei de terceirização e o desmonte da Assistência Social, essas desregulações tem deixado um rastro continuo de destruição se constituindo em uma afronta contra a classe trabalhadora.

A reforma trabalhista trouxeram privilégios aos empresários e mercado tendo em vista o crescimento econômico por meio da exploração da força do trabalhador através da desregulamentação da legislação trabalhista (CLT), desapropriando o trabalhador de direitos conquistados a décadas. Os impactos dessas transformações resultaram em mais recessão, no aumento do desemprego e das demandas advinda das sequelas do processo dessas mudanças, então o Estado acaba reduzindo as formas de intervenção, passando a colocar as respostas das demandas fora do campo dos direitos sociais e direcionando as práticas filantrópicas e voluntárias.

Segundo Montaño (2010), essas práticas de desresponsabilização do Estado neoliberal com a Assistência Social conduzem a população a buscar a

resposta das manifestações da questão social ao voluntariado, a solidariedade, deste modo as necessidades sociais passam a ser respondidas de maneira descontinuada, focalizada, fragmentada.

Assim, a Política Social deixa de ser executada só pelo Estado, mas também pelas organizações públicas, passando a ser gerida fora da perspectiva da garantia de direito, se transformando em favor, dificultando cada vez mais o acesso dos serviços a população tornando-os fragmentado, precarizado, sem qualidade, então o terceiro setor se apresenta como estratégia para justificar o desmonte com a seguridade social como forma de compensação através do atendimento de atividades precarizadas (MONTAÑO,2010).

Diante disso, compreendemos o assistente social por ser um trabalhador assalariado é afetado pelos efeitos proveniente das modificações ocorridas no mundo do trabalho que ao vender a sua força de trabalho para o capital é transformada em mercadoria. A partir deste momento, passa a ser subordinado as ordens do capital e submetido as diversas formas de precarização o que interfere no desenvolvimento e qualidade dos serviços prestados a população.

Essas formas facetadas da precarização têm se manifestado para os Assistentes sociais por meio da condição de contratos temporários e terceirizado, instabilidade, insegurança, perda de direito, baixo salário, aumento da jornada de trabalho. Portanto esses fatores apontam que estes elementos têm atingido os profissionais tanto na sua atuação como na condição de trabalhador assalariado que tem seus direitos comprometidos e desrespeitado.

Por meio da pesquisa realizada foi evidenciado que os assistentes sociais inseridos na política de Assistência Social do Município de Muritiba, tem sido diretamente impactado pelos efeitos advindos da transformação do mundo do trabalho. Da maneira que a precarização se manifesta no espaço ocupacional desses profissionais, tem refletido diretamente na atuação e interferido na autonomia profissional.

A precarização se apresenta para esses profissionais desde o momento que são contratados, sendo por contrato temporário são as formas mais frequente no Município, esse tem sido um grande problema para os assistentes sociais, pois a qualquer momento poderá ser exonerado e por não possuir

estabilidade empregatícia, serve como barganha para o empregador, que limita o trabalho profissional direcionando conforme os seus interesses pessoais.

Por conseguinte, a atuação dos assistentes sociais é limitada pelas condições de trabalho oferecidas pela instituição devido a insuficiência de recursos materiais disponível para o desenvolvimento das suas ações, como a falta de automóvel para a realização das visitas domiciliar, a falta de sala disponível para o atendimento dos usuários que inclusive tem interferido no sigilo profissional.

Os assistentes sociais enfrentam diversos desafios no seu cotidiano profissional, que atingem de uma maneira direta, por estarem imersos em um ambiente marcado por formas precárias de trabalho, sem nenhuma expectativa de ascensão na carreira, seguidos por contratos precários, permeado pela insegurança da continuidade no espaço ocupacional, além de não desfrutar de garantia trabalhista.

Por esse motivo, para o assistente social atuar meio essa conjuntura contemporânea se exige desse profissional um comprometimento com o projeto ético político para que não sinta sua ação limitada.

Sendo que o profissional deve ser provido de uma interpretação crítica sobre a realidade aprendida do contexto e da estrutura do capitalismo, buscando um conhecimento mais amplo do seu objeto de investigação, considerando as múltiplas determinações sócio-históricas, fazendo a utilização das suas habilidades profissionais para a criação de estratégias e superação

Desse modo, torna imprescindível ao assistente social possuir uma visão crítica da realidade, logo já se torna um passo de extrema importância na luta por melhores condições de trabalho. Pois, essas formas precarizadas que se manifesta no âmbito da Assistência Social subordinando esses profissionais e interferindo na sua atuação não podem impossibilitar que os assistentes sociais se articulem visando o fortalecimento da luta na garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2.ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12.ed. São Paulo: Cortez; 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo e DRUCK, Graça. **A terceirização como regra?** Revista TST. vol. 79, n. 4. Brasília: out/dez, 2013.

BARROCO, Maria Lucia S. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROCO, Maria Lúcia Silva, Sylvia, Helena Terra. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. (Org.) et al. **Política Social no Capitalismo**: tendências Contemporâneas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Brasil. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. 2005.

CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social**. Código de Ética do Assistente Social. Aprovado pela resolução CFESS n. 273/93, e modificado pelas resoluções CFESS n.290/94 e 333/96. 3. Ed. Ver. amp. Brasília: CFESS, 1997.

COGGIOLA, Osvaldo. **Programas Sociais Compensatórios**: a experiência brasileira. IN: Praia Vermelha. V.23, n. 1. JAN/JUN, Rio de Janeiro, 2013.

_____. Comunicados IPEA. **Mudanças recentes na pobreza brasileira**. N. 111, 15 de setembro de 2011.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências**: novos e velhos desafios? CADERNO CRH, Salvador, v.24, n. spe 01, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. **A deficiência no interior da política de assistência social**: um balanço sócio-histórico. In: O social em Questão. Ano XVII. Nº 30. 2013. Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Fonseca_16.pdf último acesso 18 de novembro de 2018.

GIL, A. Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIAQUETO, Adriana. **A descentralização e a intersectorialidade na Política de Assistência Social**. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 16.ed. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo**. In: Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n.3, jan/ jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, p. 9-32.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo. Cortez, 2007.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil**: debates e desafios. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2009 (p. 57 - 86).

_____. Lei 8.662/1993 de regulamentação da Profissão do Assistente Social. Brasília, CFESS, 1993.

LIMA, Kátia. **Contra Reforma da Educação Superior e Formação Profissional em Serviço Social**. In: Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano VIII, n. 15 (jan./jun. 2008).

LIMA, Kátia. **Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século**. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz T. Serviço social e educação. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, p. 1-26, 2013.

LONARDONI, Eliana; GIMENES, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia dos. **O processo de afirmação da assistência social como política social**. Revista Serviço Social, Londrina v. 8 n.2, jan/jun. 2006.

MANTOVANI, Manu. **Para entender o retrocesso**. Disponível em <https://www.brasil247.com/pt/colunistas/geral/307014/Para-entender-o-retrocesso.htm>. Acesso em 17 de novembro de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6 ed. São Paulo: Atlas 2001.

MARX, Karl H. **O capital**. Volume I Livro Primeiro. Processo de produção do capital. Tradução de Regis Barbosa E Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **A crise mundial e seus reflexos na educação superior**. In: Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Ano XIX – nº 45 – Janeiro de 2010.

MÉSZÁROS, István. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo. Boitempo, 2006.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado classe e movimentosocial**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** São Paulo, Senac, 2001.

MOTA, Ana Elizabete. **As dimensões da prática profissional**. Presença Ética, Recife: EFPE/GEPE, v. 3, n. 3, p. 09-14, 2003.

NETTO, J. P. **Aconstrução do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, Lucia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PINTO, Geraldo A. **Organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RAICHELIS, Raquel. **Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil**. Versão revista e ampliada do texto “Desafios da gestão democrática das políticas sociais”, originalmente publicado em Política Social. Módulo 03. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social**. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Gestão do Trabalho no SUAS:

uma contribuição necessária. Brasília: Secretaria de Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. Resolução CFESS N° 493, de 21 de agosto de 2006. **Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.** Brasília: CFESS, 2006.

_____. Resolução CFESS N° 273, de 13 de março de 1993. **Istitui o código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.** Brasília: CFESS, 1993.

RUY, José Carlos. **O operário faz a coisa e a coisa faz o operário.** Revista Princípios. N°43, SP, Ed. Anita Garibaldi, nov/96- jan/97.

SOARES, Laura Tavares. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000. – (Coleção Questões da Nossa Época; v.78).

SPOSATI, Aldáisa. **A menina LOAS- Um processo de construção da Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2005.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social.** In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria C. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do Suas.** In: Suas: Configurando os eixos de mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Instituto de estudos especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1ª Ed. Brasília. 2008

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

PESQUISA: O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

1. Dados de identificação:
<p>1.1. Nome.....</p> <p>1.2. Idade.....</p> <p>1.3. Sexo: () Feminino () Masculino</p> <p>1.4. Endereço Residencial.....</p>
2. Formação profissional:
<p>2.1. Instituição de formação.....</p> <p>2.2. Ano de conclusão do curso.....</p> <p>2.3. Possui alguma outra especialização:</p> <p>2.4. Sim () Não ()</p> <p>2.5. Se sim. Qual?.....</p>
3. Informações referente ao trabalho:
<p>3.1. Em qual setor atua dentro da Política de Assistência Social.....</p> <p>3.2. Quanto tempo exerce a profissão.....</p> <p>3.3. Qual a forma de contratação:</p> <p>() Concursada/ efetivo() Contrato temporário</p> <p>() Concursada/ estágio probatório () Cargo de confiança</p> <p>() Terceirizado () Outros</p> <p>3.3. Qual a sua carga horária de trabalho?.....</p> <p>3.4. Referência salarial:</p> <p>() Até 2 salários mínimos () 3 a 4 salários mínimos</p> <p>() 5 a 6 salários mínimos () 7 a 8 salários mínimos</p> <p>() 9 a 10 salários mínimos () Acima de 10 salários mínimos</p>
4. Condições objetivas de trabalho:

4.1. Em qual setor atua dentro da Política de Assistência Social.....

4.2. Quanto tempo exerce a profissão.....

3.3. Qual a forma de contratação:

Concursada/ efetivo Contrato temporário

Concursada/ estágio probatório Cargo de confiança

Terceirizado Outros

4.3. Qual a sua carga horária de trabalho?.....

4.4. Referência salarial:

Até 2 salários mínimos 3 a 4 salários mínimos

5 a 6 salários mínimos 7 a 8 salários mínimos

9 a 10 salários mínimos Acima de 10 salários mínimos

5. Condições subjetivas de trabalho:

5.1. Você identifica que existe precarização do trabalho em seu espaço ocupacional?

Sim Não

Justifique:

5.2. Como você considera as políticas sociais no atendimento das demandas dos usuários?

5.3. Quais os avanços e limites para o exercício profissional?

5.4. Quais são as estratégias utilizadas na articulação entre sua intervenção profissional e a defesa do projeto ético político?

5.5. A forma que se dá o seu vínculo empregatício interfere na sua atuação profissional?

5.6. Você considera seu espaço ocupacional adequado à sua intervenção profissional? Por quê?

5.7. Você avalia que o número de profissionais que compõe / compunha a equipe atuante é adequado as demandas postas pela instituição e pela população usuária dos serviços?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, declaro que tenho consciência da minha participação na pesquisa com o título: “O exercício profissional do Assistente Social frente à precarização do trabalho”, que tem como objetivo compreender o processo de precarização do trabalho e suas implicações para o exercício profissional do Assistente Social. A mesma está sendo realizada pela discente Simone de Jesus dos Santos, cujo o telefone é (75) 98289-7251. Esta recebe a orientação da professora Dra. Andréa Alice Rodrigues Silva.

A minha participação será respondendo a um instrumento de pesquisa de caráter acadêmico sobre a precarização do trabalho e seus rebatimentos no espaço sócio ocupacional no qual estou inserida, através de uma entrevista semi-estruturada que, acontecerá em local privativo e, de acordo com o meu consentimento poderá ser gravada em aparelho celular e posteriormente utilizada. Por isso, fico de acordo que todas as informações prestadas serão utilizadas com o propósito de viabilizar a realização da pesquisa e que todos os meus dados de identificação serão preservados e as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica.

Estou ciente que esta pesquisa possui fins acadêmicos e, por se tratar de uma atividade voluntária, não envolve remuneração e não oferece qualquer risco para o meu trabalho. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

Muritiba, ____/____/2019.

Participante - Assinatura: _____